

RELATÓRIO ANUAL 2019

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS
A CASA É SUA



Comissão de
Segurança Pública

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
19ª LEGISLATURA

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA 2019

Goiânia, dezembro de 2019.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA BIÊNIO 2019/2020	6
2.1	Membros da Comissão de Segurança Pública – 19ª Legislatura	6
2.1.1	Presidente.....	6
2.1.2	Vice-Presidente	6
2.1.3	Membros	7
2.2	Equipe da Comissão de Segurança Pública	9
3	EVENTOS E AÇÕES.....	10
3.1	Frente Parlamentar da Segurança Pública	10
3.2	Palestra: Combate à pirataria na Federação do Comércio do Estado de Goiás – Fecomércio	11
3.3	Reunião com a Diretoria Geral de Administração Penitenciária e agentes penitenciários.....	11
3.4	Participação em Audiência Pública: Violência nas escolas	12
3.5	Visita à 16ª Delegacia Regional de Polícia Civil em Trindade.....	17
3.6	Reunião com o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás.....	19
3.7	Participação em Audiência Pública: Como diminuir a violência em Caldas Novas	19
3.8	Participação em Seminário: 1º Seminário Regional de Promoção e Defesa da Cidadania (Região Centro-Oeste).....	22
3.9	Visita Técnica: Visita Técnica à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados.....	27
3.10	2ª Reunião com o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás na Alego ..	27
3.11	1º Encontro do Grupo de Operações Penitenciárias Especiais - GOPE.....	31
3.12	Audiência Pública: “O Alinhamento das Políticas sobre Drogas”	32
3.13	Audiência Pública: “Entre os muros da Escola”	36
3.14	Audiência Pública: “Porte de armas para advogados”.....	39
3.15	Visita à 22ª Delegacia Distrital de Goiânia.....	43
3.16	Sessão Solene em homenagem ao Grupo de Operações Penitenciárias – Gope	45
3.17	Visita à Delegacia Regional e à Unidade Prisional de Alexânia.....	47
3.18	Palestra: Drogas, Segurança Pública e Carreiras Policiais	47
3.19	Participação no Lançamento do Programa “Em frente, Brasil”	48
3.20	Participação no Lançamento do Projeto: “Lei Maria da Penha na Escola”	49
3.21	Visita à Unidade Prisional Especial de Planaltina de Goiás.....	49

3.22 Reunião com o ministro Sérgio Moro e o governador do estado Ronaldo Caiado, no Palácio das Esmeraldas.....	50
3.23 Audiência Pública: “Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública do Estado de Goiás”	52
3.24 Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública: Situação dos detentos da Unidade Prisional Especial de Planaltina de Goiás.	58
3.25 Palestra: Serial Killer - Mito ou verdade? Como a psicologia auxilia a investigação criminal	61
3.26 Visita à subdelegacia de Polícia Civil de Campestre de Goiás	62
3.27 Reunião com o Grupo Especial de Combate à Corrupção da Polícia Civil– GECCOR	63
3.28 2º Seminário Goiano de Políticas sobre as Drogas	66
3.29 Sessão Especial em homenagem ao Dia do Delegado de Polícia Civil	66
3.30 Sessão Especial Extraordinária em homenagem ao Dia do Perito Criminal.....	67
3.31 Solenidade em comemoração ao 1º Ano do Programa Mulher Mais Segura	68
4 PROJETOS DE LEI QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	69
5 DENÚNCIAS	71
6 GRÁFICOS E ESTATÍSTICAS DE TRABALHO.....	72

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório visa proceder um levantamento dos trabalhos realizados pela Comissão de Segurança Pública - CSP e sua equipe, durante o ano de 2019. Dentre as atividades desenvolvidas constam: audiências públicas, reuniões públicas, seminários, fóruns, reuniões com autoridades, visitas, palestras proferidas e denúncias acolhidas.

Ao longo do ano, realizamos importantes audiências públicas com a finalidade de prevenir, conter e solucionar os problemas que envolvem a segurança pública do nosso estado. Destacaram-se as Audiências Públicas: “O Alinhamento das Políticas sobre Drogas”, “Entre os muros da Escola”, “Porte de armas para advogados” e “Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública do Estado de Goiás”.

Também foram ministradas várias palestras, cujo objetivo foi o de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o enfrentamento das situações de violência; estimular a população a denunciar tais ocorrências e incentivar a implementação de políticas públicas e de ações para o enfrentamento dessas situações de violência contra mulheres, crianças e adolescentes.

Realizamos também visitas a delegacias com o intuito de discutir projetos para a Segurança Pública, bem como uma visita técnica à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados a fim de trocar experiências, buscando desenvolvimento e estratégias para aprimorar o trabalho desenvolvido pela Comissão.

Todo o trabalho desenvolvido por esta Comissão de Segurança Pública pode ser acompanhado na medida em que acontece, pois toda ação desenvolvida é imediatamente colocada à disposição do cidadão na página da internet da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que inclui: a composição da Comissão; dados sobre os seus membros; contato e e-mail da Comissão para sugestões e envio de denúncias; tramitação das proposições - projetos e requerimentos; audiências públicas, reuniões públicas, seminários (antecedendo-os com sua divulgação e posteriormente com o devido relatório publicado) e demais eventos.

Dessa forma, o cidadão interessado pode obter quaisquer dessas informações de forma rápida e eficiente, uma vez que a página da Comissão no site da Assembleia é constantemente revista e atualizada, e se constitui num canal aberto não só para consulta como para maior interação da população com o Legislativo.

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, compete às comissões permanentes, além de outras atribuições:

- I – discutir e votar projetos de lei que dispensarem, na forma deste Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso deferido de um décimo dos membros da Casa;
- II – convocar Secretário de Estado ou autoridades equivalentes, bem como dirigentes de entidades da administração descentralizada para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado, mediante requerimento, nos termos do § 1º do art. 175;
- III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- IV – receber petições, reclamações, representações de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI – apreciar programas, obras e planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e, sobre eles, emitir parecer;
- VII – converter, se considerado necessário, em diligência qualquer proposição, para comprovação de requisitos legais ou juntada de documentos;
- VIII – manifestar sobre a organização ou reorganização dos órgãos da Administração Direta ou Indireta relacionada aos seus respectivos campos temáticos ou áreas de atuação.

Ainda em conformidade com o mesmo regimento, a área de atuação e competências da Comissão de Segurança Pública, são:

- a) políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais;
- b) organização da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros;
- c) fiscalização e acompanhamento de programas e políticas estaduais de segurança pública;
- d) propor solução pacífica de conflitos;
- e) promover visitas periódicas às delegacias, penitenciárias, casas de detenção e de albergados, asilos e casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico;
- f) investigação de violência policial.

2 A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA BIÊNIO 2019/2020

2.1 Membros da Comissão de Segurança Pública – 19ª Legislatura

2.1.1 Presidente








Deputado Delegado Eduardo Prado
(PV)
Presidente
Gabinete: 107

2.1.2 Vice-Presidente



Deputada Delegada Adriana Accorsi
(PT)
Vice-Presidente
Gabinete: 108

2.1.3 Membros

Deputados Titulares		
 <p>Deputado Coronel Adailton (Progressistas)</p> <p>Gabinete: 33</p>	 <p>Deputado Humberto Teófilo (PSL)</p> <p>Gabinete: 15</p>	 <p>Deputado Diego Sorgatto (PSDB)</p> <p>Gabinete: 25</p>
 <p>Deputado Iso Moreira (DEM)</p> <p>Gabinete: 7</p>	 <p>Deputado Major Araújo (PSL)</p> <p>Gabinete: 20</p>	

Deputados Suplentes



Deputado Amilton Filho
(Solidariedade)
Gabinete: 27



Deputado Álvaro Guimarães
(DEM)
Gabinete: 13



Deputado Bruno Peixoto
(MDB)
Gabinete: 109



Deputado Henrique Cesar
(PSC)
Gabinete: 106



Deputado Paulo Trabalho
(PSL)
Gabinete: 12



Deputado Talles Barreto
(PSDB)
Gabinete: 101



Deputado Wilde Cambão
(PSD)
Gabinete: 103

2.2 Equipe da Comissão de Segurança Pública

Beatriz Mendanha Ribeiro Valadares – Assistente Legislativo

Gustavo Tadeu Reis Silva – Analista Legislativo (Secretário da Comissão)

Luciana Maranhão Pereira - Analista Legislativo

Yasmini Rodrigues de Sousa – Estagiária

3 EVENTOS E AÇÕES

3.1 Frente Parlamentar da Segurança Pública

O deputado estadual Delegado Eduardo Prado, presidente da Comissão de Segurança Pública (CSP) da Assembleia Legislativa de Goiás, participou no dia 20 de março de 2019, em Brasília, do lançamento da Frente Parlamentar da Segurança Pública.

A Frente Parlamentar é um grupo composto por 304 parlamentares, que terá como objetivo discutir e aprovar o pacote Anticrime do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

Assim pontuou o ministro Sérgio Moro, “é um projeto bastante rigoroso. Espero que os parlamentares se debrucem sobre o tema. O ministério reconhece que o enfrentamento à criminalidade demanda políticas sociais e urbanísticas, mas é importante ter um sistema de justiça criminal eficiente e eficaz para afastar criminosos de circulação”.



Ao coordenador da frente, deputado federal Capitão Augusto, Eduardo Prado colocou à disposição a Comissão de Segurança Pública para discutir propostas, apresentar diagnósticos e encaminhamentos de soluções sobre segurança pública.

Segundo Prado, é preciso discutir estratégias para melhorar a eficiência do combate ao crime e descobrir caminhos para superar os obstáculos. “Em parceria com a Frente Parlamentar da Segurança Pública, vamos criar esferas de cooperação, nas quais regras e metas serão pactuadas para andarmos na mesma direção”, disse o presidente.

O presidente da Comissão acrescentou que a segurança pública é um tema multidisciplinar, que envolve educação, renda, assistência social e política urbana. “E todos juntos com o mesmo objetivo, poderemos mudar as estatísticas nada positivas tanto para Goiás quanto para o Brasil”, frisou o presidente da Comissão de Segurança Pública.

3.2 Palestra: Combate à pirataria na Federação do Comércio do Estado de Goiás – Fecomércio

O deputado estadual Delegado Eduardo Prado, presidente da Comissão de Segurança Pública e vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, participou no dia 25 de março de uma reunião na Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio-GO), juntamente com os sindicatos e diretoria.

No encontro, Prado realizou palestra, abordando temas como falsificações, comércio informal em Goiás e pirataria. Também sugeriu a criação de um gabinete integrado entre os sindicatos, órgãos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), Poder Executivo Municipal e Estadual com a finalidade de unificar ações e estabelecer estratégias.

Para conscientizar a sociedade sobre o perigo do consumo de produtos falsificados, Eduardo Prado e o titular da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra o Consumidor do Estado de Goiás, Gilson Mariano, propuseram a criação de uma campanha massiva de combate à pirataria. A iniciativa foi elogiada pelo presidente da Fecomércio, Marcelo Baiocchi.

3.3 Reunião com a Diretoria Geral de Administração Penitenciária e agentes penitenciários

Como presidente da Comissão de Segurança Pública, o deputado estadual Delegado Eduardo Prado, participou no dia 3 de abril, na Praça Cívica em Goiânia, da

solenidade de entrega à Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP) de 41 novas viaturas para a escolta prisional.



De acordo com o presidente da Comissão, os veículos irão atender unidades prisionais em todo o estado de Goiás.

No evento, o deputado Eduardo Prado aproveitou para reunir-se com a Diretoria Geral de Administração Penitenciária e alguns agentes prisionais presentes para discutir sobre as reivindicações da categoria. Reafirmou: “Sou parceiro dos agentes prisionais: votei a favor do fim da classe inicial e luto para que os agentes recebam por cumprimento de mandados de prisão”.

A Segurança Pública, segundo o deputado Delegado Eduardo Prado, é uma prioridade e os agentes prisionais terão seu apoio em relação às demandas. “Os agentes prisionais desempenham papéis fundamentais e são importantes para manter a disciplina, a ordem, a custódia e a vigilância nas unidades prisionais, além de serviços no âmbito externo. Acrescentou que a Comissão de Segurança Pública está à disposição para tratar de assuntos referentes à valorização dos agentes prisionais.

3.4 Participação em Audiência Pública: Violência nas escolas

A Assembleia Legislativa de Goiás realizou na manhã do dia 3 de abril, no Auditório Costa Lima, audiência pública para debater o tema “Violências nas Escolas”. A

iniciativa foi do deputado Jeferson Rodrigues, integrante da Comissão da Criança e Adolescente da respectiva casa. O evento reuniu alunos do Colégio Salesiano Ateneu Dom Bosco, adolescentes que trabalham no Centro Salesiano do Aprendiz (Cesam) e autoridades da área, como policiais civil e militares e Conselhos Tutelares.



Presidida por Jeferson Rodrigues, a mesa dos trabalhos foi composta pelas seguintes autoridades: tenente-coronel Cardoso, comandante do 7º batalhão da Polícia Militar; Rodney Rocha Miranda, Secretário de Estado de Segurança Pública; Valéria Petterson, Secretária Municipal de Educação e Cultura de Aparecida de Goiânia; tenente-coronel Luciano, representante do comandante-geral da Polícia Militar, Renato Brum dos Santos; coronel Heber Souza Lima, da Superintendência de Segurança Escolar e Colégios Militares do Estado.

E mais: deputado Delegado Eduardo Prado, presidente da Comissão de Segurança Pública da Alego; Bruna Xavier, defensora pública e coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude; Paula Meotti, delegada da Mulher; Ana Elisa Gomes Martins, titular da Delegacia Geral da Criança e do Adolescente; Rosângela Cruz, gerente socioeducativa da Pastoral da Criança e do Cesam; Willian Carlos, da Associação dos Conselheiros Tutelares e Ex-Conselheiros Tutelares de Goiás (Acetego); e o coronel Vilela, coordenador dos colégios militares do Estado de Goiás.

O objetivo da audiência foi ouvir a sociedade organizada, juntamente com pais, responsáveis e alunos com vistas a construir em conjunto de soluções contra a violência

nas escolas. “Vamos buscar elaborar uma pauta positiva com ações voltadas exatamente para minimizar a violência nas escolas”, ressalta o deputado Jeferson Rodrigues.

O parlamentar salientou também: "Se observarmos a atualidade, vamos perceber que os profissionais na área da educação não são os únicos responsáveis pela formação da população. Por isso, o Legislativo deve executar o seu papel de ouvir a sociedade, para a elaboração de leis que vão ao encontro das necessidades do cidadão".

O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Delegado Eduardo Prado, enalteceu a iniciativa do colega Jeferson Rodrigues e falou que a violência nas escolas é reflexo da falta de valores familiares. “A violência nas escolas nada mais é do que o reflexo da violência cotidiana. É a transferência de valores das famílias para a sociedade. Infelizmente, muitos pais abandonam qualquer tipo de educação familiar e transferem para as escolas”, colocou. E adiantou que vai somar forças com Jeferson e os demais colegas na apresentação de projetos que fomentam a prevenção primária, com investimentos na educação.

“A preservação da segurança e a prevenção de atos de violência, a proteção aos direitos da criança e do adolescente qualificam-se como direito fundamental de segunda dimensão que impõe ao Poder Público a satisfação de um dever de prestação positiva”, afirmou o presidente da Comissão de Segurança Pública.

O tenente-coronel Vilela, do Comando de Ensino, salientou o desconforto que a violência tem trazido para dentro das escolas. Conforme o militar, mesmo com os esforços da polícia, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) acaba por se tornar um obstáculo para o trabalho preventivo que é realizado nas proximidades das escolas, na medida em que impede a abordagem aos menores.

Instituído em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

A secretária de Educação de Aparecida de Goiânia, Valéria Petersen, salientou a importância da ação preventiva, que é vista por ela a partir de dois pontos principais: a defesa dos colegas quando um deles se sente agredido e a discussão do problema. "Eles

comunicam o ocorrido à coordenação da escola, e quando sentamos, procuramos refletir sobre a questão, para que amanhã não aconteçam tragédias nas escolas de Goiás”, defendeu.

A gestora salientou também a importância do trabalho policial para prevenir a violência nas escolas. “A polícia tem o preparo que muitas vezes, nós educadores, não percebemos”, frisou. Além disso, a secretária alertou para a necessidade da participação das famílias para evitar a violência.

O tenente-coronel Cardoso, representante do Comando de Policiamento da Capital da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPC/PM-GO) comentou sobre a importância do trabalho desenvolvido de forma preventiva com a parceria entre a Polícia Militar, Polícia Civil e Conselhos Tutelares. “Os órgãos que compõem a segurança pública preocupam-se com a segurança nas escolas e realizam um trabalho preventivo com ações para conter a violência”, explicou.

O militar alertou que os resultados na prevenção e no combate à violência dependem do cumprimento do papel da família e de investimentos do Poder Público na educação. “Estas são a base para melhorar a sociedade”, explicou.

A titular da Delegacia da Mulher, Paola Meotti, afirmou que é importante analisar, inclusive, psicologicamente, a forma como os adolescentes estão sendo criados, pois, segundo ela, eles crescem sem saber superar fracassos do dia a dia. Ela analisa que a escola é um espelho da nossa sociedade.

Paola Meotti afirmou que a sociedade é extremamente violenta, e a escola reflete isso também. “Se não analisarmos de forma profunda — diz a policial — nós vamos apenas tangenciar o problema. Temos que utilizar psicologia, psicanálise para analisarmos a psique humana”.

A delegada frisou que os adolescentes hoje, estão sendo criados com os limites muito rasos, então, como não têm limites em casa, o superego deles fica muito fragilizado. “Dessa forma, eles não têm capacidade para lidar com frustrações, e quando recebem o primeiro não da namorada, querem cometer suicídio. Quando eles dão de frente com o fracasso social eles não conseguem lidar com isso. O mundo fica pesado para quem não consegue superar frustrações, que fazem parte do nosso dia a dia.”

A defensora pública e coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude, Bruna Xavier, acrescentou que é importante voltar a educação de tolerância e desvincular a segurança das escolas da segurança pública, de forma a ensinar pluralidade e diversidade nas escolas.

“Acredito que esse assunto tem que partir do âmbito escolar de fato. Lógico que é importante o papel da polícia e da responsabilização após um caso trágico, mas, em primeiro lugar, precisamos trazer a questão de ensino como solução para essa violência. A Lei de Diretrizes e Base da Educação, nº 9394/96, traz o ensino além da formalidade da escola, prevendo a liberdade do adolescente e do professor. Traz como princípio a tolerância e a pluralidade de opiniões. As vezes nós vamos em contrapartida a essa pluralidade”, afirmou.

O Diretor da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares de Goiás (Acetego), Willian Carlos, representante do presidente Rondinely Ná, destacou a atuação dos Conselhos Tutelares no combate à violência nas escolas. Disse que, apesar dos seis Conselhos de Goiânia estarem sobrecarregados de demandas, os conselheiros tutelares têm conseguido cumprir o papel de proteger os direitos da criança e do adolescente.

Ressaltou que tem uma forte parceria com a delegada Ana Elisa Gomes Martins, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). “Agora mesmo acabamos de realizar a condução de oito adolescentes, acompanhados de seus respectivos pais, para uma reunião com a doutora Ana Elisa”, ressaltou. Willian Carlos colocou a Acetego à disposição da Assembleia Legislativa, especialmente do deputado Vinícius Cirqueira, presidente da Comissão da Criança e Adolescente, para o trabalho de combate à violência nas escolas.

A vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), Iêda Leal lembrou que os professores também são vítimas da violência nas escolas.

“Nessa audiência pública nós vamos falar sobre a sobrevivência nas escolas. Eu parabeno o deputado pela coragem de trazer essa discussão para a Assembleia. Cumprimento-o pela coragem de trazer quem nos protege na comunidade para saber como vão nos proteger nas escolas. A audiência serve, para além de dizer o que acontece, dizer

o que vamos fazer a partir disso. Sugiro também falarmos com os professores, os profissionais que são vítimas dessas violências, que vão para as escolas para ensinar as crianças e não para pegar em armas e fazer baculejo. Todos os dias tem um professor sendo agredido, e nós queremos continuar trabalhando com segurança”, afirmou.

A delegada Ana Elisa Gomes Martins, representante do delegado-geral da Polícia Civil, Odair José Soares, salientou a importância da parceria entre a população e a polícia. Pontuou também a importância de os jovens participarem da discussão que busca resultados positivos para a problemática da violência. “O trabalho é feito por vocês e para vocês. Essa parceria é essencial”, destacou a delegada.

A gerente sócia administrativa da Pastoral Cesam - Centro Salesiano do Aprendiz - Rosângela Cruz destacou a falta de políticas públicas adequadas para o trato com a criança e adolescente, mas que o Cesam se inspira nos ensinamentos de Jesus Cristo, “que ensinou a lição da inclusão”. Lembrou o trabalho realizado por Dom Bosco, quando se ordenou padre com 26 anos. “Ele visitou adolescentes em prisões em plena revolução industrial na Itália”.

A gestora destacou a importância de tratar crianças e adolescentes com o amor Ágape, que segundo ela, é baseado na razão e no conhecimento dos ensinamentos cristãos. Ressaltou também ações da Igreja Católica e de outros credos no combate à violência nas escolas. “Unidos vamos vencer”, exortou.

O deputado Jeferson Rodrigues encerrou a audiência, destacando que somente com a realização de um debate salutar e respeitoso é que serão encontrados caminhos para a problemática da violência nas escolas”.

3.5 Visita à 16ª Delegacia Regional de Polícia Civil em Trindade

O deputado Delegado Eduardo Prado, presidente da Comissão de Segurança Pública, visitou a 16ª Delegacia Regional de Polícia Civil (DRP) da cidade de Trindade, no dia 9 de abril de 2019. Data também da inauguração das atividades dessa regional. Esteve presente também a vice-presidente da CSP, deputada Delegada Adriana Accorsi.

Participaram do evento ainda deputados federais e estaduais, dirigentes de instituições do Poder Judiciário e das polícias Civil e Militar, vereadores, secretários

municipais e moradores. O secretário de Segurança Pública do Estado, Rodney Miranda e o delegado-geral da Polícia Civil de Goiás, Odair José Soares, enviaram representantes à solenidade.

A nova estrutura da Polícia Civil foi resultado da ação conjunta entre a Prefeitura de Trindade e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública.



O delegado titular da 16ª Delegacia Regional, André Fernandes, agradeceu pelo empenho da administração pública e afirmou que a delegacia sempre trabalhará com o propósito de atender bem à população. André Fernandes salientou que a sede trabalhará com uma boa estrutura, inteligência, integração, ações e investigações; além de destacar o grande apoio da prefeitura.

“Podemos falar que as parcerias são o caminho da Polícia Civil. Caminho da eficiência e união. Somente assim conseguiremos enfrentar a criminalidade”, assegurou o delegado.

A 16ª Delegacia Regional atuará nas seguintes cidades: Trindade, Abadia de Goiás, Araçu, Brazabrantes, Caturaí, Goianira, Nova Veneza, Nazário, Aragoiânia, Avelinópolis, Campestre de Goiás, Damolândia, Guapó, Cezarina, Santo Antônio de Goiás, Palmeiras de Goiás, Itauçu, Inhumas, Varjão e Santa Bárbara de Goiás. Vale destacar que no prédio da regional funcionam também a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e a Delegacia de Apuração de Atos Infracionais (Depai).

No encontro, o presidente da Comissão de Segurança Pública, delegado Eduardo Prado, aproveitou para discutir sobre as demandas referentes à segurança pública com as

autoridades presentes e levantar medidas que possam melhorar o combate à violência na região.

3.6 Reunião com o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás

No dia 12 de abril o presidente da Comissão de Segurança Pública deputado Delegado Eduardo Prado reuniu-se com o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Rodney Rocha Miranda, juntamente com o deputado estadual Jeferson Rodrigues.

A pauta da reunião foi solicitar a criação da Delegacia Regional de Caldas Novas. Segundo o deputado Eduardo Prado, essa é uma demanda antiga de empresários locais e moradores. “Tivemos retorno positivo do secretário e acredito que o Governo de Goiás não obstará o pedido”, disse o presidente da CSP.

O Secretário de Segurança Pública, na referida reunião com os deputados, confirmou que fará estudos técnicos para verificar a viabilidade e celeridade para o início das obras. O presidente da Comissão de Segurança Pública aproveitou o encontro para pedir investigação criteriosa da guerra entre facções criminosas que vem ocorrendo em Caldas Novas e reforço da Polícia Militar na cidade.

3.7 Participação em Audiência Pública: Como diminuir a violência em Caldas Novas

O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado estadual delegado Eduardo Prado, participou da audiência pública realizada na Câmara Municipal de Caldas Novas, no dia 4 de maio de 2019.

O evento teve por objetivo reunir-se com representantes dos órgãos responsáveis direta ou indiretamente em investigar, reprimir, coibir ou punir a prática de crimes. Bem como ouvir cidadãos que podem contribuir de alguma forma para a criação de medidas, implementação e execução de novas técnicas ou instrumentos que possibilitem melhorias no combate à criminalidade que afeta o município de Caldas Novas e região.

Estiveram presentes as seguintes autoridades: deputado federal José Nelto, representando o Governador Ronaldo Caiado; Andrei Barbosa, presidente da OAB Seccional de Caldas Novas; Major Virgílio Tomé, representante da Polícia Rodoviária

Estadual; Elaine Fernandes, representante do Conselho Tutelar; Deterno Silva, representante da Imprensa; Valeska da Silva Baruki, Juíza da Vara Criminal de Caldas Novas; Tenente Rômulo, representante do Corpo de Bombeiros; Athos Galba Costa Lima, delegado da Polícia Civil de Caldas Novas; Vereador Léo de Oliveira, representante do Legislativo de Caldas Novas; Professor Manoel Barbosa, subsecretário de Educação de Goiás; Tenente Coronel Rony, comandante da Polícia Militar de Caldas Novas; Tenente Coronel Carlos Eduardo Balelli, da Polícia Militar de Caldas Novas.

Além das autoridades acima, compareceram também líderes religiosos, comerciantes e integrantes da sociedade em geral.

Iniciou a fala o Tenente Coronel Rony, frisando que o maior problema é a quantidade baixa de efetivo de policiais, além do alto índice de suicídio da categoria. Acrescentou que existem duas facções criminosas em Caldas, a maioria dos crimes são por dívidas contraídas nas facções. O Comandante da PM já reforçou o efetivo e destacou que será criada uma regional da PM no município, com atuação de GTT, Giro, motos novas, viaturas novas, banco de horas para os policiais.

O Delegado da Polícia Civil de Caldas Novas, Athos Galba, destacou a importância da cidade de Caldas Novas para o potencial turístico do país e a necessidade de uma delegacia para atendimento aos turistas. Reclamou das instalações da delegacia em que atua, pois, o local está impróprio e insalubre.

A Dra. Valeska Baruski, Juíza da Vara Criminal de Caldas Novas, descreveu que as polícias e o judiciário da cidade já são regionais, tendo em vista a quantidade de demandas, mas não entende porque não são regionais de forma oficial. Agradeceu à Câmara sobre a lei municipal para construir um presídio em Caldas Novas. Também destacou que a temática de segurança pública deve ocorrer sob um olhar para as crianças que devem estar frequentando a escola. As questões sociais devem ser prioridade. Caldas Novas tem que ser vista de forma especial.

O deputado federal José Nelto alegou que é preciso mudar as leis penais. Disse que vai trabalhar para acabar com as audiências de custódia, pois ela não é a solução. Destacou a necessidade de projetos concretos para educação, saúde, projetos com metas concretas para que a sociedade possa cobrar.

O vereador Léo de Oliveira discorreu sobre a omissão do poder público municipal de Caldas Novas sobre o tema. Citou a inexistência de câmeras de segurança na cidade e a falta de guardas municipais.

O deputado estadual Delegado Eduardo Prado, presidente da Comissão de Segurança Pública, falou sobre a omissão do poder público quanto à segurança pública, e que irá encaminhar emendas parlamentares dentro das necessidades de Caldas Novas. Frisou também sobre a importância da prevenção quanto à segurança pública através da educação. Se colocou à disposição para ajudar o município.

O presidente da Comissão discorreu também sobre a importância do banco de horas, sistema de inteligência, aumento do efetivo de policiais, emendas parlamentares, prevenção primária, escola e legislação efetiva que atualmente é muito falha.

O Presidente da OAB Seção Caldas Novas, Andrei Barbosa, acrescentou que o poder público enxerga Caldas Novas como uma cidade comum, só que a cidade recebe muitas pessoas no cotidiano, em torno de 300.000 passantes por final de semana. Idealizou que é necessário que haja uma comoção dos deputados, tanto estaduais como federais, com emendas para o município.

O delegado da Polícia Civil de Caldas Novas, Athos afirmou que será criada uma regional da PC em Caldas, mas que não haverá aumento do quantitativo de policial. Assim não haverá estrutura suficiente para todos os municípios que deverão ser atendidos. Ressaltou que quer a regional só que com estrutura. O deputado Delegado Eduardo Prado disse que a regional só será criada após a realização de concurso público.

A conselheira tutelar Elaine Fernandes pediu uma atenção especial do Deputado para o Centro de Internação de Menores Infratores, pois está com a obra parada há seis anos.

A juíza Valeska disse que os representantes do Poder Judiciário propuseram uma ação em desfavor do Estado de Goiás referente às celas, que caberá ao Estado arrumar vaga para o menor infrator. Tem que fazer um novo centro de internação. Caldas é regional de internação. O Estado mais uma vez não cumpriu o seu papel.

O Tenente Coronel Balelli, integrante da Polícia Militar, pediu para o presidente da Comissão de Segurança Pública, Eduardo Prado, auxílio para a construção de moradia

para os policiais, juntamente com a construção de alojamento e cozinha dentro do batalhão. Sugeriu criar a mesma taxa de visitas dos bombeiros para a PM.

Ouvida todas as autoridades e a comunidade presente alguns pontos foram levantados para se iniciar um trabalho em prol da segurança pública de Caldas Novas.

O presidente da OAB, Andrei Barbosa, solicitou que seja constado em ata que ele irá conversar com o prefeito para desapropriar a área para que seja construída a delegacia.

O Deputado Eduardo disse que entrará em contato com o prefeito para buscar meios efetivos de solução dos problemas apresentados. Ressaltou o resgate da polícia civil em casa nova.

A conselheira tutelar, Elaine Fernandes, sugeriu formar uma Comissão de Segurança Pública e se coloca à disposição para compor a mesma.

A audiência pública foi de suma importância para reunir e ouvir todas as autoridades presentes, que contribuíram valorosamente para as tomadas de decisões que nortearão o prosseguimento de medidas de combate à criminalidade de Caldas Novas e região.

3.8 Participação em Seminário: 1º Seminário Regional de Promoção e Defesa da Cidadania (Região Centro-Oeste)

A Comissão de Segurança Pública (CSP), através do deputado Coronel Adailton e da equipe de apoio da CSP, participou do 1º Seminário Regional de Promoção e Defesa da Cidadania (Região Centro-Oeste / CDFL Brasília), realizado no dia 6 de maio de 2019, das 9h às 18h, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O Seminário foi promovido pela UNALE (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais), juntamente com o Ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos, Ministério da Cidadania, Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça e Segurança Pública. Os temas discutidos foram: Violência contra a Mulher, Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), Prevenção ao Suicídio e Automutilação.

Na primeira parte do encontro houve palestras sobre os assuntos citados acima. O 1º painel foi ministrado pelo Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança

Pública, Brigadeiro Fernandes Riomar e pelo Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais da Polícia Militar, Coronel Carlos Alberto de Araújo, que abordaram a Implementação e Financiamento do Sistema Único de Segurança Pública.

O Brigadeiro Fernandes Riomar fez uma contextualização acerca da implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Destacou sua finalidade, objetivos, meios e instrumentos para sua implementação, prioridades, como será seu funcionamento; e ainda comentou sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), seus recursos, condicionantes para receber o Fundo; finalizou enumerando as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho que foi criado para implementação do SUSP.



O Coronel Carlos Alberto Araújo prosseguiu com uma explanação sobre a situação atual da criminalidade e da segurança pública no Brasil, através de estatísticas do ano de 2017, tais como: quantidade de mortes violentas intencionais (63.880), policiais mortos (367), pessoas encarceradas no Brasil (729.463). A seguir, argumentou sobre a necessidade da regulamentação das leis:

- Lei 13.675/2018: Instituição do SUSP e a Criação da Política Nacional de Segurança Pública; Nacional de
- Lei 9.630/2018: Instituição do Plano Nacional de Segurança Pública;
- Lei 13.756/2019: Reestrutura o Fundo Nacional de Segurança Pública.

O Coronel Araújo ressaltou a importância da integração e inteligência da Polícia Militar que trata o SUSP e elencou três grandes linhas para investimento:

- O SINESP (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas): para padronização de estatísticas que permite uma comparação em nível nacional;
- Criação de Centros Nacionais de Inteligência;
- Operações de grande porte articuladas nacionalmente.



O próximo tópico tratado pelo palestrante foi sobre como a Polícia Militar enfrenta a violência contra a mulher, que ele considera com avanços consideráveis, através de Programas, tais como a Patrulha Maria da Penha e fortalecimento das delegacias especializadas de atendimento à mulher. Acrescentou a importância das redes de proteção, como por exemplo, a rede de vizinhos, que recuperam as relações de cuidado mútuo nas pequenas comunidades, representadas por ruas ou quadras; e a rede de proteção escolar, que além de rondar e visitar as escolas, torna o policial uma referência para denúncias contra a violência.

A gestão das ocorrências policiais também foi destaque da palestra do Coronel, que relatou a importância da integração dos bancos de dados, unificação dos boletins de ocorrência e padronização das estatísticas que já está acontecendo em alguns estados no Brasil.

Nesse momento, o Coronel Araújo enumerou como as Casas Legislativas podem contribuir na luta contra o crime e na estruturação da Segurança Pública através da criação de leis que visem:

- incentivar o uso de tecnologia orientada ao usuário final;
- contribuir para diversificar captação de recursos (fontes alternativas de recursos). Deu como exemplo, o estado do Rio Grande do Sul com a existência de lei de iniciativa que permite utilizar recursos do ICMS para investimentos diretos na Segurança Pública;
- incentivar ações de proteção ao policial;
- ampliar a autoridade administrativa dos policiais.

Assim, o Coronel Araújo finalizou sua apresentação enfatizando que a segurança pública precisa, mais do que nunca, ser reconhecida como prioridade e necessita de recursos financeiros compatíveis com o tamanho do desafio.

O 2º painel abordou os temas: suicídio, automutilação e violência contra a mulher e contou com a participação da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves; do Ministro da Cidadania, Osmar Terra; da Desembargadora Federal, Daldine Maria Santana de Almeida; do Representante do Conselho das Igrejas do DF, Reverendo Rodovalho; do Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina, Dr. Antônio Geraldo da Silva; e do Presidente da Comissão da Rede Internacional de Excelência Jurídica do DF, Dr. Elias Lacerda.

O presidente da Unale, Dep. Kennedy Trindade, abriu o painel informando dados alarmantes sobre os temas abordados. Segundo o deputado, o Brasil é o oitavo país no mundo em número de suicídios; a cada 45 minutos uma pessoa se suicida no Brasil; 1.400.000 adolescentes se mutilam no Brasil; a cada 1 hora e 30 minutos uma mulher é vítima de violência. Com isso, justificou que o objetivo maior do seminário é a elaboração de um plano para que os estados, municípios e a união possam enfrentar esses terríveis acontecimentos.

O vice-presidente da Unale, deputado Rodrigo Delmasso, comemorou a sanção da Lei 13.819/2019, do deputado licenciado Osmar Terra (hoje ministro da Cidadania), que

institui a política nacional de prevenção da automutilação e do suicídio. A lei determina que hospitais e escolas passem a notificar casos de automutilação e tentativas de suicídio.

Osmar Terra, ministro da Cidadania, reforçou a urgência de mudança nas políticas públicas de combate às drogas: “tivemos 30 anos de políticas de combate às drogas ineficazes e ineficientes que levou milhões de pessoas à dependência química, está na hora de revermos isso”.

Sobre a segurança pública, o ministro se declarou favorável ao enrijecimento das penas para crimes, pelo fato do país estar em um momento de epidemia de violência. Complementou dizendo, que credita a redução em 25% da violência no país nesses primeiros meses de governo, a esta perspectiva de endurecimento das regras penais.

Informou que o suicídio é a quarta maior causa de morte no Brasil, sendo 11 mil casos por ano. “No Distrito Federal, 215 pessoas tentaram o suicídio em janeiro e fevereiro deste ano. Os adolescentes são as maiores vítimas, muitos acham que a vida não tem mais solução”, relatou.

O ministro Osmar compartilhou a experiência do Rio Grande do Sul que implantou o Programa de Prevenção ao Suicídio nas 10 cidades com maiores taxas de suicídio, atuando na conscientização da sociedade e na capacitação de profissionais nas áreas de saúde, educação, assistência social, imprensa, segurança pública, Emater, CVV, para atendimento especializado. Ressaltou que com o programa houve uma redução de 10% nas taxas de suicídio em dois anos. Nesse momento, o ministro comentou sobre o trabalho desenvolvido na construção da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

A Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, discorreu sobre a lei¹ que cria a Política de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Damares julgou de suma importância, a discussão desta Política no Seminário da Unale,

¹ Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019: Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A lei cria um sistema nacional, com estados e municípios, para prevenção do suicídio e da automutilação e um serviço telefônico gratuito para atendimento ao público. A publicação ainda determina que a notificação compulsória destes casos deve ter caráter sigiloso nos estabelecimentos de saúde, segurança, escolas e conselhos tutelares.

por entender que os deputados sairão dali disseminando o conhecimento apreendido em suas Assembleias Legislativas.

No período vespertino os participantes do evento se dividiram em três grupos de trabalho (GT) para discutir sobre os temas: Sistema Único de Segurança Pública, violência contra a mulher e automutilação e suicídio, onde cada GT elaborou um protocolo de ideias. O objetivo é que as propostas de cada temática sejam entregues devidamente compiladas, na 23ª edição da Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), que será realizada em novembro, na Bahia.

Ao final do Seminário, o deputado Delmasso sugeriu a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição que destine 50% dos recursos que foram repatriados de operações de combate à corrupção para programas e políticas públicas de combate à automutilação, violência contra a mulher e suicídio.

O Seminário encerrou-se às 18h.

3.9 Visita Técnica: Visita Técnica à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados

A equipe de apoio da Comissão de Segurança Pública, no dia 7 de maio, fez uma visita técnica à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados com intuito de trocar experiências, buscando desenvolvimento e estratégias para aprimorar o trabalho desenvolvido pela Comissão.

Na visita, a equipe foi recebida pelo Secretário Executivo da CSPCCO, José Bemfica de Deus, e pela Chefe do Serviço de Comissão, Giovana Sílvia Cherchi, que explicaram todo o funcionamento da Comissão. Além disso, apresentaram os documentos produzidos para as reuniões ordinárias e audiências públicas.

3.10 2ª Reunião com o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás na Alego

A Comissão de Segurança Pública (CSP) da Assembleia Legislativa de Goiás realizou reunião com o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Rodney Rocha

Miranda, no dia 28 de maio de 2019, terça-feira, às 10 horas, no Gabinete da Presidência da Alego.



Participaram da reunião os membros da Comissão de Segurança Pública: presidente da CSP deputado estadual Delegado Eduardo Prado, deputado estadual Delegado Humberto Teófilo, deputado estadual Coronel Adailton e o membro suplente da Comissão deputado estadual Paulo Trabalho. Também estiveram presentes: o presidente da Alego, deputado estadual Lissauer Vieira, o Secretário de Segurança Pública Rodney Miranda, o deputado estadual Paulo César Martins, o diretor de Assuntos Institucionais da Casa, Simeyson Silveira e o Coronel da Polícia Militar Ricardo Rocha.

Por iniciativa do presidente da Comissão de Segurança Pública, Delegado Eduardo Prado, a presente reunião teve como objetivo debater estratégias e resultados pertinentes ao desempenho da situação da segurança pública no Estado de Goiás.

O presidente da Alego, Lissauer Vieira, abriu a reunião agradecendo a presença do Secretário Rodney Miranda e solicitou apoio dos representantes da segurança pública para que o tema seja tratado com prioridade.

O presidente da Comissão de Segurança Pública Eduardo Prado e o deputado Humberto Teófilo solicitaram a nomeação dos aprovados no concurso para agentes, escrivães, delegados e também a convocação dos aprovados em cadastro de reserva do concurso público da Polícia Militar de Goiás de 2012. Ressaltaram ainda a importância da entrada dos novos delegados para suprir as lacunas nos municípios que não possuem esses

servidores. Aproveitaram para expor a necessidade de reformas, construção e aquisição de imóveis e estruturas adequadas para as delegacias.

Lissauer Vieira, presidente da Alego, também solicitou a prorrogação do prazo desses concursos e a prioridade na convocação dos aprovados.

Na oportunidade, os parlamentares cobraram respostas quanto ao quadro de servidores efetivos nas Polícias Militar e Civil e informaram que em 2 anos boa parte dos efetivos irão se aposentar. Além disso, fizeram sugestões e colocaram-se à disposição da secretaria para trabalhar em prol da melhoria da segurança pública no Estado.

Em resposta Rodney Miranda, Secretário de Segurança Pública, informou que:

“É preciso um diagnóstico detalhado e cauteloso para saber quem é que está em desvio de função, quem é que está em função administrativa e que poderia estar no operacional e, também, tentar aproveitar policiais da reserva para cobrir certas funções que ajudem a liberar os combatentes para o trabalho de rua, seja no policiamento ostensivo, ou no trabalho investigativo”.

O Secretário destacou ainda que estão fazendo uma reorganização da estrutura da polícia, 300 policiais já foram retirados de funções administrativas para o trabalho efetivo nas ruas e que, em breve, esse número chegará a 500, podendo atingir até o fim deste ano um quantitativo de mil novos homens reforçando o policiamento. No entanto, esses mil novos homens não suprem o total do efetivo que irá se aposentar no mesmo período. Além disso, há a necessidade de resolver a questão das promoções, para então, só depois convocar mais servidores.

Por fim, ressaltou a necessidade de esperar organizar as finanças do Estado, que estão praticamente todas voltadas para as folhas de pagamento, mas que a prioridade de sua gestão será convocar os aprovados nos concursos.

O deputado Coronel Adailton, membro titular da CSP, esclareceu que enquanto membros e responsáveis pela segurança pública no estado, os deputados têm o dever de colaborar na gestão fiscal para regulamentar a gestão da segurança pública que se encontra calamitosa. Ainda sugeriu a criação de um fundo da segurança, no qual os empresários possuem a opção de destinar recursos para segurança pública.

O deputado estadual Paulo César Martins afirmou que apesar de reconhecer as deficiências, a gestão atual está “agindo e fazendo a diferença”. De acordo com ele, é

preciso fazer algumas adequações e melhorias, mas o Poder Executivo está no caminho certo para superar os problemas.



O presidente da Alego solicitou à Secretaria de Segurança Pública, levar o Instituto de Identificação de Goiás para trabalhar em conjunto com o novo projeto da Assembleia “Alego Ativa/Intercâmaras”. O programa será realizado mensalmente e alcançará todas as regiões do Estado de Goiás, visando aproximar o Poder Legislativo com a população goiana e fortalecer a sua relação com os municípios ao interiorizar as suas atividades.

Em resposta, o Secretário de Segurança Pública pediu para passar a programação ao Centro de Comando e Controle para ser avaliada a possibilidade e disponibilidade de pessoal e recursos dispendidos para tal projeto.

Quanto às demais reivindicações, Rodney Miranda, explicou que hoje os gastos com pessoal estão passando por um entrave, pois já ultrapassaram a limitação legal de comprometimento com a cota da receita corrente líquida, e que estão correndo risco de crime de improbidade.

Rodney reconheceu a necessidade de um delegado em cada município, mas pediu paciência com o concurso de delegados, pois acabaram de fazer o curso de formação e a urgência maior é colocar os efetivos que estão na ativa nas ruas. O processo de reorganização da secretaria está em andamento, estão fazendo um estudo dos dados exatos da quantidade e especificação dos cargos necessários para apresentar ao governador.

Portanto, por conta dos ajustes administrativos não há como convocar concursados de imediato, tem que restabelecer o limite dos gastos com pessoal, obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal e cumprir o limite constitucional. “Mas a expectativa até o final do ano é gerar cerca de duas mil vagas e que está à disposição para debater projetos que possam ser propostos nesta casa de leis”, completou.

O presidente da Assembleia, Lissauer Vieira, agradeceu a presença do secretário e afirmou que a Alego quer ajudar e participar dessas questões e colocou esta Casa Legislativa à disposição também para contribuir, seja com projetos de lei ou no que for necessário.

O presidente da Comissão de Segurança Pública, Eduardo Prado, agradeceu em nome da CSP, e expôs sua preocupação com a situação da segurança pública do estado. Colocou seu mandato à disposição para apresentar projetos de lei referentes ao tema. Logo após, encerrou a reunião parabenizando o trabalho atuante da Secretaria de Segurança Pública, principalmente no que tange ao combate e à redução dos números da criminalidade no estado.

3.11 1º Encontro do Grupo de Operações Penitenciárias Especiais - GOPE

O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado estadual Delegado Eduardo Prado, participou no dia 7 de junho, às 11h, do 1º Encontro dos Agentes Penitenciários em comemoração aos 10 anos do Grupo de Operações Penitenciárias Especiais (GOPE), em Aparecida de Goiânia.

Estiveram presentes no encontro: deputado federal Major Vitor Hugo Araújo; deputado estadual Delegado Humberto Teófilo, também membro da Comissão de Segurança Pública; coronel Wellington de Urzêda, diretor-geral da Administração Penitenciária; tenente-coronel Aguinaldo Augusto da Cruz, diretor-geral adjunto da Administração Penitenciária; Jonathan Marques da Silva, superintendente de segurança penitenciária; Júnior Teixeira Silva, coordenador do GOPE; João Cláudio, coordenador da 1ª Regional; além de vários agentes prisionais.



No evento o presidente ressaltou a necessidade de um sistema prisional efetivo e valorizado para garantir que a segurança pública tenha bons resultados. Para isso, deve-se implementar medidas de valorização dos agentes prisionais, incluindo a progressão da categoria e a questão previdenciária.

3.12 Audiência Pública: “O Alinhamento das Políticas sobre Drogas”

O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado estadual delegado Eduardo Prado, realizou audiência pública, no dia 11 de junho de 2019, no auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. O evento teve por objetivo tratar das disposições promovidas em face da nova política nacional contra as drogas, referente à Lei nº 13.840 de 5 de junho de 2019, sancionada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

Fizeram parte da mesa: Carlos Torres Cardoso, coordenador do Fórum Goiano de Políticas sobre Drogas; vereador Gustavo Cruvinel, representante da Câmara Municipal de Goânia; Joice Batista, secretária Executiva do Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas (Geed); Sherydan Luiza de Oliveira, delegada Regional da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; Sheila Alves, coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Girassol Infantojuvenil; delegado Eraldo José Augusto da Escola Superior da Polícia Civil; e delegado Fernando Augusto Lima Gama titular da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos.

Estiveram presentes também representantes do Ministério Público de Goiás e da Secretaria de Segurança Pública e Saúde.



Segundo o presidente da Comissão, o objetivo foi realizar uma troca de informações entre os órgãos envolvidos e estabelecer uma estratégia conjunta de atuação para a prevenção, tratamento e reinserção social e econômica dos dependentes químicos. “Temos uma lei recente que precisa ser adaptada à realidade do Estado”. Além disso, a audiência também discutiu a proposta de criação do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Cepod).

Para o delegado, o uso abusivo de substâncias psicoativas causa graves impactos em áreas relevantes da realidade brasileira, como a saúde, a segurança pública e o trabalho. “A audiência é para discutir com a sociedade e entidades ações a partir da nova política sobre drogas”, explicou.

Eduardo Prado, na condição de delegado, atuou à frente da Delegacia de Estadual de Repressão a Narcóticos. Ele pontuou, no início da audiência, sua preocupação com os usuários de drogas. “Sempre estive na linha de frente e preocupado com a pessoa que depende quimicamente das drogas. À frente da delegacia, muitas vezes não sabia qual caminho a seguir para lidar com essas pessoas, que, infelizmente, muitas vezes não possuem amparo do Estado”.

O parlamentar informou ainda que, junto com o governador Ronaldo Caiado, abordou a necessidade de discutir o tema como política de Estado. “Vamos fazer as

tratativas junto com o Governador”, prometeu. Lembrou ainda que, dentro do Legislativo, atuou para manter o Conselho Estadual de Combate às Drogas, que tinha proposta de extinção, o que foi revertido na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Outro ponto tratado pelo parlamentar foi o seu trabalho pela reinserção dos usuários no mercado de trabalho. “A discriminação enfrentada por eles no mercado de trabalho é ainda maior que os presos”.

Representante da Defensoria Pública, Tiago Gregório, afirmou que a política de prevenção às drogas depende de uma articulação institucional que precisa ser construída. “Hoje um adolescente que é apreendido como usuário vai para a Vara da Infância e da Juventude para receber uma medida socioeducativa, demonstrando que a sociedade se preocupa muito mais com a punição do que com a recuperação”.

O coordenador-geral do Fórum Goiano de Políticas sobre Drogas, Carlos Torres Cardoso, salientou a importância da discussão por conta da nova política nacional contra as drogas, lei nº 13.840/19. Ele cobrou, por parte do Governo, a definição de quem poderá se responsabilizar pela internação, por exemplo, mesmo que a contragosto do dependente de álcool e outras drogas. “Nosso objetivo é sair daqui com protocolo de propostas a fim de sensibilizar e mobilizar agentes governamentais para as devidas providências”.

A delegada regional da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, Sherydan Luiz de Oliveira, falou da importância dos esclarecimentos que precisam ser feitos sobre os serviços terapêuticos e os modelos psicossociais de atendimento e, de pronto, sinalizou que é a favor da lei antimanicomial, na qual os serviços são descentralizados e o paciente recebe um tratamento mais humanizado.

Ela também tratou da importância do acolhimento nos tratamentos e nos serviços disponibilizados. Segundo a delegada, a discussão sobre drogas ainda é muito recente no Brasil e, para se ter uma ideia, na década de 70 a primeira lei que tratava do uso de drogas era ligada à área da segurança pública, por falta de políticas de saúde voltadas para esse público. Ela esclareceu que o método psicossocial de atendimento só surgiu muito mais tarde e, só nesse momento, começaram a pensar em atendimento com acolhimento.

Sherydan disse ainda que a forma de cuidado terapêutico é a promoção da abstinência, não é um serviço hospitalar de pequeno porte, porque o resultado não é rápido.

"A partir de agora, com a inclusão da promoção da abstinência, o Caps (Centro de Assistência Psicossocial) também vai trabalhar com a proposta da redução de danos. As comunidades terapêuticas conveniadas precisam cumprir uma portaria, que traz um plano de fiscalização, pois elas são financiadas. Porém, minha preocupação maior não são com aquelas que são fiscalizadas, e sim com aquelas que não são, pois precisa haver um controle sobre todas elas".

Já a Coordenadora do Caps Álcool e Drogas Girassol Infanto-juvenil, Sheyla Alves, que representou a rede de atenção psicossocial, disse que o trabalho da entidade é feito dentro do modelo psicossocial. "Cuidamos das pessoas, com foco no usuário". Segundo Sheyla, existem várias linhas e possibilidades de cuidado, inclusive internação quando necessário. "Mesmo nessa lei que veio alterar a 11.343/2006, são mantidas algumas partes da lei anterior."

Sobre a internação, a coordenadora afirmou que é uma grande questão a ser discutida. "Dentro das possibilidades, a internação voluntária ou não é a que a pessoa vai buscar", explica Sheyla. Segundo ela, "a compulsória é o último recurso". Sheyla defendeu que o tratamento oferecido seja de acordo com aquilo que é buscado pela pessoa. "Vamos ajudar na redução de danos. Várias vão se tratar e ficar bem. Existem vários jeitos de enxergar os usuários. Devemos lançar mão de todas as estratégias".

"É preciso enxergar nosso cuidado e luta a favor das pessoas, já que o uso de drogas tem causas multifatoriais, entre elas a pobreza", pontuou a coordenadora. Enfatizou também outro ponto importante, que é oferecer meios para que o usuário de droga possa sair da condição em que está com inserção no trabalho.

O delegado Fernando Augusto Lima Gama, titular da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc), falou do trabalho realizado pela especializada no combate às drogas e salientou a importância da participação de todos os entes envolvidos na questão para trabalharem unidos no alcance de resultados efetivos, entre eles parcerias com projetos, como o Escola sem Drogas.

O titular da Denarc ressaltou ainda o trabalho de apreensão e repressão ao tráfico em Goiás e salientou a ação preventiva como aliada na busca de modificação da realidade vivida por muitos jovens, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Ao

pontuar a importância do trabalho preventivo, o delegado anunciou a realização da Semana Estadual de Enfrentamento às Drogas, que tem como objetivo discutir o tema junto com a sociedade. O evento será realizado de 24 a 30 de junho, e contará com atividades de prevenção e visitas a centros de reinserção.

“O evento tem como principal objetivo alcançar vítimas jovens e adolescentes, que em função das drogas estão despidos de sonhos e acabam mortos pelos traficantes”, apontou o delegado. Dentro da semana, ainda será tratada a reinserção social com palestras. No encerramento será realizado um passeio ciclístico com saída da Praça Cívica.

Por fim, o procurador da Alego Eduardo Henrique Lolli disse que a nova lei trouxe a possibilidade de reserva de vagas para usuários de drogas. “O Estado tem muito espaço e competência para contribuir com essa e outras discussões”, afirmou.

Após as falas dos integrantes da mesa, o espaço foi aberto para o debate dos presentes.

3.13 Audiência Pública: “Entre os muros da Escola”

A deputada Delegada Adriana Accorsi, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública, realizou audiência pública “Entre os muros da Escola”, para debater os fatores motivadores da violência escolar. A reunião ocorreu no auditório Costa Lima, na manhã do dia 17 de junho de 2019.

O debate teve como objetivo propor soluções a fim de evitar ataques como o ocorrido na cidade de Valparaíso de Goiás, onde o coordenador do Colégio Estadual Céu Azul - Júlio Barroso - foi morto a tiros por um adolescente de 17 anos. O fato ocorreu no dia 30 de abril deste ano.

A deputada falou na abertura que a segurança no ambiente escolar é um dos maiores desafios que a sociedade enfrenta atualmente. “Hoje nós iremos discutir sobre um ambiente escolar de paz, que os alunos se respeitem. Nós temos professores, estudantes e autoridades para debatermos aqui hoje, tenho certeza que será uma conversa produtiva”, afirmou.



Fizeram parte da mesa, além da deputada: o deputado estadual Coronel Adailton; a deputada federal Erika Kokay; o gerente de segurança escolar, Marcos Rabelo Holanda Camargo, representante da secretária estadual de Educação, professora Fátima Gavioli; vereador do município de Goiânia, Álvaro da Universo; o presidente da Câmara Municipal de Nova Veneza, vereador Reginaldo Tavares; comandante do Batalhão Escolar, tenente-coronel Marcos Luciano Alves de Lima; o segundo-tenente Moreira, representante do Comando do Batalhão de Ensino da Polícia Militar; o delegado Rogério Santana, representante do delegado-geral da Polícia Civil, Odair José Soares; e a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás, Bia de Lima.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima, contou que o sindicato foi ao município de Valparaíso, na escola do professor Júlio César, que foi assassinado por um ex-aluno e começaram ali a campanha “Escola Pede Paz”.

Foram entregues pelo Sintego, contou Bia, propostas para que a secretária de Educação do Estado, Fátima Gavioli, pudesse implementar uma série de ações que melhorem a situação da segurança nas escolas. “Vamos começar a campanha com um seminário para que possamos ouvir cada segmento”, explicou.

Ela afirmou que “sempre que tem uma tragédia, todo mundo quer aparecer em cima da tragédia”, mas, ainda segundo Bia, o Sintego quer agir de forma diferente. “Não queremos apenas ficar lamentando, vivendo do passado. O que queremos é a atitude que

possa nos antecipar para que não continuemos sofrendo e enfrentando situações trágicas”, disse.

Na oportunidade, Bia de Lima entregou à Adriana Accorsi o mesmo documento com os encaminhamentos entregues à Secretaria de Educação de Goiás. “Hoje passo às mãos da Delegada Adriana os encaminhamentos que fizemos para a secretária de Educação do Estado, Fátima Gaviolli. O Sintego é proativo”, sustentou.

A deputada federal pelo Distrito Federal (DF) Erika Kokay, assim como Bia de Lima, relembrou o assassinato que aconteceu em Valparaíso. “É preciso que usemos essa morte como elemento para mergulhar nas relações sociais. Nós temos quase 5 mil pessoas assassinadas no Brasil por ano. É um processo de desumanização simbólica”.

Kokay acredita que no Brasil há prisão em demasia de forma errada. “Não é feito uma ressocialização da maneira correta. Nós fazemos parte de uma mesma humanidade. Nós temos que discutir que somos seres diversos, a escola faz parte da comunidade e temos direitos iguais”.

O vereador de Goiânia, Álvaro da Universo, acrescentou: “Estamos muito preocupados com a violência escolar em todo o Brasil. Na Câmara Municipal fizemos uma audiência com o mesmo teor. De lá surgiram várias ideias, uma comissão foi criada para analisar e verificar o que vem ocorrendo no nosso ambiente escolar. Após essa audiência, vários professores e alunos entraram em contato conosco para fazerem denúncias de agressão física e verbal dentro da escola”, contou Álvaro.

Para ele, deve haver um movimento geral dentro das escolas para analisar essa situação. “Precisamos de dados para saber onde atuar com mais veemência e combater essa violência nas escolas. O ambiente escolar é um ambiente de conhecimento. É inadmissível que exista violência no ambiente escolar”, finalizou.

O comandante do Batalhão Escolar, tenente-coronel Marcos Luciano Alves de Lima, explicou que as ações realizadas pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) tem ajudado muito a minimizar esses problemas escolares. “Nós fazemos diversas palestras e temos um contato íntimo com o Proerd, que é muito importante e é direcionado para os alunos do 5º ao 7º ano. Nosso trabalho envolve professores, diretores, coordenadores e alunos e tem o objetivo de diminuir os índices de violência escolar”.

O deputado federal Rubens Otoni afirmou que o único caminho para combater a violência no ambiente escolar é a criação de uma política de paz. “É por meio de políticas públicas que tragam acesso aos nossos jovens a esporte, educação e paz. Infelizmente estamos passando por um período no qual o ódio está sendo incentivado, mas é o momento de lutar contra isso e incentivar a paz entre nossos jovens”.

Por fim, o deputado estadual Coronel Adailton ofereceu apoio à deputada Adriana para lutar contra a situação de violência em Goiás. “Em qual país do mundo se optou por investir no ensino superior e ele foi para frente? Tenho plena convicção que é extremamente necessário investir na base da educação e no social. Precisamos trabalhar o resgate dos valores da família. Estou à disposição para realizar outras audiências. Iremos cobrar, acredito que vocês trarão grande ajuda para buscarmos uma solução”, falou.

“A audiência se transformou em propostas e relatórios que serão encaminhados a todas as autoridades competentes para tratar do assunto”, explicou a vice-presidente da Comissão de Segurança Pública”.

3.14 Audiência Pública: “Porte de armas para advogados”

Por iniciativa do presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, deputado Delegado Eduardo Prado, foi realizada, no auditório Costa Lima, audiência pública para estudo do porte de armas para advogados no dia 24 de junho de 2019. O porte de armas, atualmente, é restrito aos profissionais da segurança pública, membros das Forças Armadas e agentes de segurança privada.

Participaram da composição da mesa para a realização dos trabalhos o presidente da Comissão de Segurança Pública, Eduardo Prado; o deputado federal João Campos; o delegado federal Rodrigo Lucca; o presidente da OAB/GO, Lúcio Flávio; o presidente da Comissão Especial de Estudo do Porte de Arma para Advogado, Daniel Alvarenga; o diretor-adjunto da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil/GO, Dyellber Fernando de Oliveira Araújo.



No momento da abertura, o deputado Eduardo Prado agradeceu aos presentes e salientou que o mais importante com relação ao tema proposto hoje é trazer o debate. Reiterou que está sempre à disposição dos advogados. Ao falar sobre o assunto de maneira específica, o deputado ressaltou “que advogados, promotores e juízes devem ser tratados com a mesma igualdade de direitos”.

Já o presidente da OAB-GO, Lucio Flávio, falou prolongadamente acerca do tema, contudo, enquanto dirigente da entidade, assumiu uma posição de neutralidade com relação ao tema, por entender que ele é bastante polêmico e divide muitas opiniões dentro da advocacia. Porém, enquanto profissional e cidadão, se colocou a favor do porte para advogados, devido ao risco pelos quais esses profissionais são submetidos no exercício de sua função.

De acordo com Lúcio Flávio, as discussões de temas dessa envergadura são fundamentais para a construção da democracia e devem ser amplamente debatidos. “Precisamos encampar essa luta, também, por uma questão de autonomia, pois o advogado é indispensável à administração da Justiça, assim como promotores e juízes. Se a advocacia é tão administradora da Justiça como os demais, não há razão alguma para que não sejamos contemplados com os mesmos direitos e prerrogativas dos demais”, disse. “Então, por uma questão de princípio de isonomia, de garantia de direitos, sou pessoalmente a favor do porte de arma para a advocacia”.

Lúcio Flávio também lembrou que a sessão da OAB/GO foi uma das primeiras do país a criar uma comissão para o estudo do porte de armas para advogados, cujo estudo reuniu os presidentes das seccionais da OAB para tratar do tema. Ele esclareceu que no dia 19 de junho de 2019, houve encontro dos 27 presidentes das seccionais da OAB para discutir esse tema e as deliberações foram encaminhadas ao conselho pleno da OAB federal.

O deputado federal João Campos, ao fazer uso da palavra, deixou bem clara sua posição favorável ao porte de arma, não só para advogados, mas para todas as categorias. Ele destacou que “temos hoje, na Câmara Federal, 129 projetos tratando de porte de arma para alguma categoria profissional e, nessa legislação, penso que temos mais facilidade para aprovação desse tema, mas ainda assim não é fácil porque muitos pensam diferente”.

“Promotores e juízes têm porte de arma e nem por isso contribuem para aumento da taxa de homicídios e violência no Brasil”, esclareceu Campos. “Com relação ao advogado, especificamente, penso que, por mais que a gente autorize o porte, esse profissional estará sempre atuando sozinho e em desvantagem, simplesmente por ser uma categoria que não faz parte do Estado e precisa garantir sozinho a sua segurança”, afirmou o deputado.

Ao fazer uso da palavra, o delegado federal Rodrigo Lucca disse entender o pleito que cria o porte para advogados, e que concorda com o trâmite em forma de lei. “Não cabe a mim externar opiniões pessoais, apenas técnicas. A Polícia Federal sempre se pauta pela objetividade e prezamos pela celeridade dos processos que chegam a nós, mas a procura por posse arma em Goiás é muito grande. É preciso enfatizar, apenas, que se caso isso vire lei, o interessante seria a criação da capacitação constante para a utilização da arma de fogo como defesa pessoal”, disse.

Após a fala de Rodrigo Lucca, o deputado Major Araújo, também membro da Comissão de Segurança Pública, exibiu vídeo gravado pelo deputado federal Vitor Hugo Araújo, líder do governo na Câmara Federal, assumindo seu posicionamento favorável ao porte de armas para advogados em todo o Brasil.

Na sequência, o presidente da Comissão Especial de Estudo pelo porte de Arma para Advogado, Daniel Alvarenga, disse que a comissão da qual ele faz parte foi criada para desenvolver um estudo técnico e científico para os advogados inscritos na OAB.

Segundo ele, a análise constatou que o estatuto se firmou como instrumento defasado, "pois o cidadão foi seduzido pela proteção quando da realização do plebiscito, mas o que se percebe é uma escala de crimes no país". "O Estatuto violou garantias individuais, especialmente o da legítima defesa e o Estado já não consegue fornecer a proteção necessária para todas as pessoas e durante todo o tempo".

Alvarenga informou que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública registrou 63 mil mortes violentas no ano de 2017. Esses números, segundo ele, colocam o Brasil, se comparados com países da Europa, com taxas 30 vezes superiores. Já em países onde existe porte de arma, as taxas registradas são bem menores, citando o Uruguai e o Chile.

Por sua vez, o diretor-adjunto da Escola Superior de Advocacia (ESA) da Ordem dos Advogados do Brasil de Goiás, Dyellber Fernando de Oliveira Araújo, salientou que as discussões já demonstram que existem números que retratam um alto índice de violência contra os profissionais da advocacia, em razão da sua profissão e, toda a categoria deve estar unida para travar esse importante debate.

O vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), Gilles Gomes, colocou-se contrário ao porte de arma para advogados. "Não tem como falarmos do porte de armas de fogo para advogados sem contextualizar o nosso momento de segurança pública. É importante lembrar que a população, no meu ponto de vista, não aprovou o porte de armas, mesmo que o símbolo do presidente eleito (Jair Bolsonaro) seja o porte de armas", comentou.

Ele também se posicionou em relação à afirmação de que países cujo porte de armas é liberado a criminalidade é menor. Ele disse que esse argumento não se sustenta, e citou a Suíça como exemplo. "A Suíça não tem menos violência por conta das armas, mas sim pelo índice de desenvolvimento que dá para seus cidadãos, como direitos humanos, educação e segurança pública de fato", ressaltou.

"Todos nós estamos submetidos aos mesmos riscos de anos de constante desestruturação da segurança pública. Também existe o argumento da isonomia com base

na equiparação da administração da Justiça, assim penso que não é o porte da arma de fogo que vá gerar essa isonomia, e sim o controle do magistrado”, falou.

“Desde 2016, 72 advogados no Brasil foram assassinados, destes 45 tinham direito ao exercício funcional. Se fôssemos fazer uma análise quantitativa, que representa 0,0065% dos advogados, esse número é muito pequeno, e sob esse prisma, não existe fundamento no argumento do risco para porte de arma de fogo”, salientou Gilles Gomes.

O vice-presidente da Comissão pela Isonomia entre Advogados, Promotores e Juízes da OAB de Manaus, Ricardo Amaral salientou: “No Amazonas, estamos também discutindo esse tema desde 2015 e tivemos o cuidado de fazer um debate amplo e democrático, com estudos e dados acerca de crimes dolosos contra advogados e pela quantidade de pleitos pelo porte de armas dos nossos colegas. Obtivemos um número discrepante entre os números de crimes e portes de armas assegurado aos advogados requerentes. Após uma pesquisa no nosso site institucional, tivemos uma aprovação ao porte de armas de mais 90%, assim nossa seccional se posicionou favorável a isso”.

O debate sobre o porte de armas foi levantado recentemente, após o decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro em maio e, desde então tem sido alvo de polêmica. O governo recuou e publicou um novo decreto, com regras diferentes. A medida também é alvo de questionamentos no Supremo Tribunal Federal (STF).

3.15 Visita à 22ª Delegacia Distrital de Goiânia

No dia 30 de julho de 2019, o deputado estadual Delegado Eduardo Prado visitou a 22ª Delegacia Distrital de Goiânia, momento em que houve a reinauguração das suas atividades na Região Noroeste do município.

A visita foi realizada com o intuito de cumprir a disposição do art. 45 do Regimento Interno da Alego que assim dispõe: compete à Comissão de Segurança Pública promover visitas periódicas às delegacias, penitenciárias, casa de detenção e albergados, asilos e casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico.



Participaram também da reinauguração policiais da Força Nacional, que estão atuando na capital por intermédio do projeto nacional “Em frente, Brasil”, bem como o delegado-geral da Polícia Civil de Goiás, Odair José Soares, e o membro titular da Comissão de Segurança Pública da Alego, Delegado Humberto Teófilo.

A unidade foi totalmente reestruturada com apoio de empresários dos bairros atendidos, que doaram parte do material utilizado na construção da delegacia. Segundo o delegado Wellington Lemos, a nova estrutura do prédio proporcionará mais dignidade e celeridade no atendimento dispensado à comunidade.

O delegado-geral da Polícia Civil de Goiás, Odair José Soares, pronunciou que a reinauguração da 22ª DDP se insere em um contexto de suma importância: o de polícia comunitária. “Nossa intenção é ir ao encontro, cada vez mais, desse conceito de aproximação com a comunidade. Este prédio, com uma instalação nova, confortável, é o melhor que podemos oferecer para uma adequada prestação de serviço”, considerou.

O presidente da CSP destacou que essa reforma no distrito pelo Projeto Parceiros do 22º DP proporcionará melhores condições de trabalho para os policiais civis e beneficiará a comunidade local. Aproveitou a oportunidade para discutir com os envolvidos as demandas locais para posteriores encaminhamentos.

3.16 Sessão Solene em homenagem ao Grupo de Operações Penitenciárias – Gope

No dia 6 de agosto de 2019, o presidente da Comissão de Segurança Pública deputado Delegado Eduardo Prado, juntamente com o membro titular da CSP deputado Delegado Humberto Teófilo, promoveram sessão especial em comemoração aos dez anos do Grupo de Operações Penitenciárias Especiais - Gope. No evento, 56 agentes penitenciários receberam Certificados de Honra ao Mérito por serviços prestados ao Estado de Goiás.

O deputado Delegado Eduardo Prado abriu os discursos da tribuna, falando do prazer que sentiu, enquanto parlamentar, em homenagear uma categoria que, apesar de treinada para o combate, é especialista em preservar vidas e garantir direitos humanos.

“São motivos de orgulho para Goiás, pela excelência operacional, promovendo a segurança do complexo prisional do estado, em atividades que exigem técnicas e competência”, pontuou.

Depois, o presidente da CSP direcionou aos homenageados: “sabemos dos treinamentos pesados a que são submetidos os membros do Gope. Sinto um profundo orgulho pela história construída por essa corporação. Não é qualquer um que consegue assumir o desafio com excelência, engajamento e compromisso, como vocês assumiram”.



O parlamentar lembrou também que, depois de muita luta, conseguiu, juntamente com o governador Ronaldo Caiado, a extinção da classe inicial e a volta da indenização de produtividade. “Antes de serem agentes, são abnegados servidores públicos. Vocês integram o grupo para realizar a efetiva política penitenciária do estado e merecem o nosso respeito”, concluiu Eduardo Prado.

Logo em seguida, o deputado Delegado Humberto Teófilo fez uso da palavra para relembrar a fundação do grupo e sua parceria com o mesmo quando comandava delegacia da Polícia Civil.

Segundo ele, o grupo foi fundado no dia 13 de setembro de 2009, idealizado pelo coronel Célio Bueno, e que tem como principal missão promover a segurança do complexo prisional do Estado de Goiás, além de outras atividades. “O grupo conta com sua quarta turma de formandos e participou de diversas operações na área prisional, obtendo êxito em suas ações. Especializados em diversos tipos de armamentos, estão sempre preparados”, descreveu o deputado.

Por fim, lembrou aos homenageados que é um defensor da classe, colocando a Comissão de Segurança Pública à disposição dos agentes ou de qualquer intervenção junto ao governo, se necessário. “Temos que valorizar os que estão na linha de frente, arriscando suas vidas. Contem com nosso apoio”, finalizou o deputado membro da CSP.

O diretor-geral da Administração Penitenciária de Goiás, Coronel Wellington de Urzêda Mota, esteve presente na sessão solene e homenageou seus comendados e aproveitou também para fazer uma prestação de contas do sistema penitenciário.

O diretor-geral enumerou ainda algumas conquistas do sistema penitenciário em Goiás: teve sua carreira inicial extinta; concurso público autorizado pelo governo; conseguiu aumento nas gratificações de diretores de unidade; e ainda coletes multiameaças aos agentes prisionais, pistolas .40 e 56 novos detectores de metais.

O agente de segurança penitenciária, Juliano Parrode, falou em nome dos homenageados. Ele enfatizou que o trabalho dos agentes é duro, os desafios hercúleos, e que é preciso muita dedicação e disciplina para garantir a segurança penitenciária de Goiás.

3.17 Visita à Delegacia Regional e à Unidade Prisional de Alexânia

O deputado Delegado Eduardo Prado, presidente da Comissão de Segurança Pública, visitou a Delegacia Regional e a Unidade Prisional da cidade de Alexânia, localizada na região centro-oeste do país, no dia 16 de agosto de 2019.

A visita foi realizada com o intuito de cumprir a disposição do art. 45 do Regimento Interno da Alego que assim dispõe: compete à Comissão de Segurança Pública promover visitas periódicas às delegacias, penitenciárias, casa de detenção e albergados, asilos e casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico.



Na ocasião, o presidente da CSP também visitou o Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás - Unidade 13 de Maio, dentre outros Órgãos. O deputado colocou-se à disposição do Município de Alexânia para defender os seus pleitos, especialmente nas áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública. Comprometeu-se também em buscar a viabilização de recursos para a construção da Quadra Poliesportiva do Colégio Militar - Unidade 13 de Maio.

3.18 Palestra: Drogas, Segurança Pública e Carreiras Policiais

No dia 24 de agosto de 2019 o presidente da Comissão de Segurança Pública, o deputado Delegado Eduardo Prado, realizou palestra na Faculdade Objetivo em Goiânia. O objetivo era discutir com os alunos assuntos como drogas, problemas da segurança pública no estado e esclarecer acerca das carreiras policiais e sua atuação na sociedade.



3.19 Participação no Lançamento do Programa “Em frente, Brasil”

No dia 30 de agosto de 2019, o presidente da CSP deputado Delegado Eduardo Prado esteve presente no lançamento do Programa “Em frente, Brasil”, de iniciativa do Governo Federal, sob o comando do ministro Sérgio Moro, com o objetivo de reduzir os crimes violentos em todo o Brasil.



O presidente da CSP havia solicitado a inclusão da nossa capital no projeto piloto e o ministro atendeu o pedido. O referido programa conta com o trabalho conjunto das

Forças Nacionais com as demais forças de segurança pública locais para o combate ao crime.

3.20 Participação no Lançamento do Projeto: “Lei Maria da Penha na Escola”

O presidente da CSP, deputado estadual Delegado Eduardo Prado, participou no dia 31 de agosto de 2019 do lançamento do projeto: "Lei Maria da Penha na Escola".

O Projeto teve iniciativa voltada para alunos e educadores de escolas públicas e particulares do estado, com o objetivo de mostrar a importância da Lei Maria da Penha. Além de promover a conscientização dos estudantes sobre a necessidade de combater a violência contra a mulher, com vistas à prevenção da violência doméstica.

A ação surgiu através de uma análise do contexto atual, no qual observou-se a necessidade de ações voltadas a esse público, tendo em vista que a educação é o melhor meio para a prevenção e combate à violência, sendo um mecanismo eficiente na erradicação da violência contra a mulher no ambiente doméstico e familiar.

3.21 Visita à Unidade Prisional Especial de Planaltina de Goiás

O deputado Delegado Eduardo Prado, presidente da Comissão de Segurança Pública, visitou a Unidade Prisional Especial de Planaltina de Goiás, no dia 2 de setembro de 2019. Data também da inauguração das atividades dessa unidade. Esteve presente também o membro titular da CSP deputado Delegado Humberto Teófilo.

Participaram do evento ainda o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro e o Governador do Estado, Ronaldo Caiado.

O novo presídio foi uma iniciativa do governo do estado com recursos do Executivo Federal, localizado no entorno do Distrito Federal a cerca de 260 km de Goiânia, para reforçar o sistema prisional da região. A unidade possui capacidade de 388 presos. A obra recebeu investimentos de R\$ 30 milhões do governo federal por meio do Fundo Penitenciário Nacional (Depen).

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, caracterizou o presídio como “modelo” e disse que será usado para “isolar criminosos perigosos”. “A estratégia de combate ao crime é assim: tem que prender, tirar o criminoso de circulação”, disse. O

ministro defendeu também mais investimentos em unidades como essa. “As pessoas muitas vezes criticam o sistema carcerário, os gastos nesse sistema. Quanto custa um preso no Brasil? Mas quanto custa um criminoso solto?”

Segundo Sérgio Moro, é importante assegurar uma estrutura adequada nos presídios. “A pessoa comete um crime e tem que ser punida. Não adianta simplesmente jogar no sistema carcerário, tem que ter estabelecimentos adequados. A inauguração desse presídio é um passo importante”, disse Moro.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, também presente na inauguração, destacou que o presídio é de “segurança máxima” e declarou que a unidade funcionará para exercer maior controle e impedir que criminosos detidos comandem a atuação de outros criminosos fora.

“Vamos ter a oportunidade de trazer aqueles presos que hoje fomentam o crime de dentro das penitenciárias existentes. Precisamos ter um controle real sobre os presos. É penitenciária modelo para que pessoas não fiquem daqui de dentro determinando violência lá fora. É para isso que estamos evoluindo”, disse Caiado.

O presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) confirmou a necessidade de investimentos no sistema prisional do Brasil, estruturando as cadeias, valorizando os agentes de segurança prisional e investindo em inteligência.

Na ocasião, o deputado Eduardo Prado conversou com o ministro Sérgio Moro e o governador Ronaldo Caiado para, juntos, traçarem metas de investimentos e estratégias não só para Goiás, mas para todo Brasil. Sugeriu também mudanças legislativas, a fim de combater o crime em todo o território brasileiro.

3.22 Reunião com o ministro Sérgio Moro e o governador do estado Ronaldo Caiado, no Palácio das Esmeraldas

Como presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o deputado estadual Delegado Eduardo Prado participou, no dia 24 de setembro de 2019, de uma reunião com o governador do estado, Ronaldo Caiado, o

ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro e o delegado-geral da Polícia Civil, Odair Soares, no Palácio das Esmeraldas.



A pauta principal foi a atuação da Força Nacional em Goiânia. O ministro destacou a importância da integração das forças de segurança para o enfrentamento da criminalidade no Brasil e avaliou que o trabalho conjunto já está dando resultados. Em cada município participante do projeto-piloto, “Em Frente, Brasil”, as forças de segurança locais e federal trabalham em força-tarefa, cada uma dentro de sua competência.

“A alta criminalidade nos cobra um preço terrível. Temos tentado reduzir os crimes, proteger as vidas. A criminalidade atrapalha nosso desenvolvimento, nossa percepção de segurança” declarou o ministro.

Além disso, a reunião discutiu também sobre investimentos em inteligência na polícia, dentre outros projetos relacionados à segurança pública do Estado.

O presidente da CSP enfatizou “o ministro Sérgio Moro está nos dando apoio no combate ao crime em Goiás. Nesse ano, várias Operações da PC/GO abalaram o Crime Organizado, toneladas de drogas apreendidas, e traficantes de alta periculosidade presos.”



3.23 Audiência Pública: “Programa de Incentivo ao Aparentamento da Segurança Pública do Estado de Goiás”

A audiência pública realizada no dia 25 de setembro de 2019, das 9h às 12h, foi conduzida pelo presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado estadual Delegado Eduardo Prado, no auditório Solon Amaral, nesta Casa de Leis. Teve como objetivo discutir novas formas de financiamento para compra de equipamentos, armas, munições e viaturas para as polícias do estado de Goiás, através de financiamento por doação.

As discussões se baseiam na experiência do PISEG (Programa de Incentivo ao Aparentamento da Segurança Pública), atualmente implementado no Estado do Rio Grande do Sul. O tema debatido foi originado do projeto de lei n 2019003025/19, de autoria do Deputado Coronel Adailton, que propõe a criação do programa em pauta vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública. O objetivo da proposta é possibilitar às empresas contribuintes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estabelecidas no estado, a compensação de valores destinados ao aparelhamento da segurança pública com valores correspondentes ao ICMS a recolher, verificado no mesmo período de apuração dos repasses. O projeto prevê também, que os doadores terão de

repassar mais 10% do valor compensado a um fundo especial para direcionar os recursos para projetos de prevenção primária, como na erradicação das drogas, inclusão social, formação e desenvolvimento do indivíduo, criação de uma cultura da paz, entre outros. A compensação de valores fica entre 0,5% a 0,8% do total da receita estadual com ICMS por ano.

A audiência contou com a participação de Carlos Eduardo Viana, empresário do setor de telecomunicações e diretor do Instituto Cultural Floresta (IFC), situação em que realizou uma apresentação para os participantes sobre como o PISEG tem sido aplicado no Rio Grande do Sul e seus resultados práticos na diminuição da violência.



A mesa diretiva da audiência pública foi composta, além do presidente da Comissão, Deputado Delegado Eduardo Prado; pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Lissauer Vieira; pelo deputado proponente da lei estadual 3025/19, Coronel Adailton; pelo Diretor de Operações do Instituto Cultural Floresta, Carlos Eduardo Viana; pelo Gerente de Execução Orçamentária, Financeira da Segurança Pública, Eduardo Pereira; e pela representante do Secretário de Estado de Segurança Pública, Rodney Rocha Miranda, a Superintendente de Gestão de Finanças da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, Andreza Yamamoto.

Estiveram também presentes os deputados estaduais membros da Comissão de Segurança Pública Major Araújo e Delegado Humberto Teófilo; os vereadores de Goiânia Cabo Sena e Sargento Novandir; o Presidente do Sindicato de Peritos Criminais e Médicos Legistas de Goiás – SINDPERICIAS - Carlos Kleber da Silva Garcia; o Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás – ASSOF - Cel. Anésio Barbosa da Cruz Jr; o Presidente da Associação Empresarial da Região 44 de Goiânia - ERA-44 - Jairo Gomes; o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Goiás – SINDIPOSTO - Márcio Martins de Castro Andrade; o Presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos do Estado de Goiás – ASSEGO - Subtenente PM Luís Cláudio Coelho de Jesus; o diretor do Sindicato do Comércio Varejista no Estado de Goiás – SINDILOJAS - Cristiano Caixeta.

Participaram também os representantes do Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás; da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – FAEG; da Federação do Comércio do Estado de Goiás - FECOMÉRCIO GO; da Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG; representantes do setor produtivo, como o Coordenador Administrativo da Raízen Combustíveis S/A, Ednilson Aparecido de Almeida; Grupo Novo Mundo, Dra. Liz Marília; e o coordenador de Operações do Goiânia Shopping, Leonardo Moreira Dos Santos.

Após a apresentação dos componentes da mesa, os debates se iniciaram com fala do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Lissauer Vieira, que agradeceu a presença de todos e reforçou a necessidade de novas buscas de financiamento para a segurança pública do estado, que passa por notória crise financeira. Parabenizou os deputados em especial, o deputado Coronel Adailton pela iniciativa de trazer para Goiás soluções, que já seriam casos de sucesso em outros estados.

O presidente da CSP ressaltou a importância das acerca do projeto de lei de autoria do deputado Coronel Adailton e reforçou a necessidade de urgência de sua aprovação. A palavra foi passada ao empresário Carlos Eduardo Viana, representante do Instituto Cultural Floresta. Ele realizou uma apresentação dos resultados do Programa de Incentivo ao Aparentamento da Segurança Pública do Estado (PISEG), no Rio Grande do Sul.

O PISEG-RS, segundo explicou o palestrante, é o modelo em que se baseia o projeto de lei 2019003025 de autoria do deputado Coronel Adailton. Trata-se da criação de um programa que busca fontes alternativas de financiamento para compra de armas, munições, veículos e equipamentos de proteção individual (EPI) para as forças policiais do estado. Assim, busca viabilizar meios legais para que empresários possam comprar os equipamentos e doá-los às forças de segurança pública, sem passar por um processo licitatório demorado e custoso.

Segundo Carlos Viana, a ideia surgiu com a doação de 14 milhões de reais de alguns empresários, que sentiram a necessidade de melhorar os equipamentos das forças policiais em 2017. Incluindo viaturas, armamentos e uniformes. O ato serviu para divulgar a atuação do instituto, e serviu para dar força política ao projeto de lei que tutela hoje as doações recebidas no Rio Grande do Sul. O PLC 129/2018, que cria o PISEG-RS em seu formato atual, foi aprovado em plenário no dia 28 de março de 2018 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul com apenas um voto contrário.

O palestrante reforçou a importância da participação da sociedade para o fortalecimento da segurança pública. “Sem se sobrepor ou substituir o Estado, a sociedade civil, de forma estruturada, transparente e com equidade tem como contribuir para o enfrentamento da violência e construir uma nova relação com as instituições públicas da área, por meio de iniciativas de curto, médio e longo prazos.”

Assim foi criado o Instituto Cultural Floresta (ICF) com o intuito de gerir os fundos recebidos pelos empresários, com caráter sem fins lucrativos. O ICF teria como princípios a observância das leis, o apartidarismo, a sustentabilidade financeira comprovada, a transparência, a possibilidade de medir resultados e a busca por iniciativas que possam contribuir para a segurança pública e a educação. A grande vantagem do modelo implementado pelo PISEG-RS seriam a agilidade na compra dos equipamentos, e em especial a capacidade de negociação do instituto, que segundo o palestrante, os adquire a preços mais competitivos que o estado.

Na forma que se encontra o projeto no Rio Grande do Sul, os doadores utilizam seu saldo devedor do ICMS e o direcionam a algum dos projetos pré-aprovados pelo Conselho Técnico do ICF e pela Secretaria de Segurança Pública, e recebem depois um

saldo referente ao valor doado junto à Secretaria da Fazenda do Estado para abatimento do valor em seu ICMS. O doador pode escolher em qual projeto destinará sua doação, permitindo à sociedade civil escolher de forma prioritária onde serão aplicados os seus recursos.



Carlos Viana ainda apresentou os resultados quanto à diminuição da violência urbana e rural, mostrando que os índices de criminalidade têm diminuído no estado e atribuiu essa evolução à aplicação do PISEG.

A seguir, encerrou-se a apresentação e abriu-se a audiência pública para o debate. Inicialmente, o vereador de Goiânia Cabo Sena relatou as dificuldades enfrentadas por ele como policial militar, especialmente na questão que tange equipamentos velhos ou inadequados, e a ausência de equipamentos simples, como lanternas, taser, spray de pimenta e coletes de qualidade. Finalizou, agradecendo ao empresariado presente pela iniciativa, e lembrou também do alto índice de suicídios que ocorre entre os policiais.

Pedro Souza (FIEG), perguntou ao expositor como o estado iria abrir mão do controle de 5% do ICMS, ainda mais em tempos de crise econômica. Segundo ele, “se há retirada de recursos de um lado, tem que haver reposição de outro”. Ainda, questionou como se dá a definição de valor para doação, sua adesão e sua posterior dedução.

Cristiano Caixeta, do SINDILOJAS-GO, perguntou se micro e pequenas empresas poderão também fazer parte do PISEG. Ele sugeriu que houvesse abatimento dessas doações como forma de incentivo ao empresário.

Segundo o senhor Carlos Viana, respondendo aos questionamentos dos presentes, o valor de abatimento é de até 5% e podem ser feitos por qualquer doador. A adesão é feita por sistema digital da própria SEFAZ, não havendo maiores burocracias para adesão. A compensação se dá mensalmente e após a adesão, não sendo possível, ao menos no Rio Grande do Sul, faz-se o abatimento anual. Assim, se o empresário depositasse um valor exemplificativo de 100,5% seriam para o programa e destes, 10% iriam para iniciativas de prevenção ao crime e educação.

O palestrante ressaltou ainda que todos os programas para doação a serem escolhidos pelos doadores são pré-aprovados pelo conselho técnico do ICF e pela Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, sendo que dessa forma não há micro direcionamento das doações. O recurso doado serve unicamente ao projeto escolhido, para sua execução total ou parcial, não sendo possível seu redirecionamento.

O Presidente do SINDPOSTO, Andrade, pediu a palavra e perguntou como o projeto versa sobre substituição tributária. Sugeriu que o órgão interveniente em Goiás poderia ser o Conselho de Segurança Pública, que atualmente existe dentro da FECOMERCIO, devido à proximidade de empresários com o tema.

O Senhor Carlos Viana respondeu que as empresas de combustíveis, como postos e distribuidoras, possuem receita elevada e, portanto, são grandes contribuintes de ICMS. Ressaltou a importância desse setor como estratégico para que o projeto do PISEG possa alcançar voos maiores.

O senhor Augusto Cesar, da FAEG, ressaltou a importância do setor rural para a economia goiana. Citou o Conselho de Segurança Rural e a construção de um Centro de Comando e Controle através de doações e trabalho voluntário.

O deputado estadual Coronel Adailton lembrou que os policiais cotidianamente fazem trabalhos de pedreiro, pintor e servente, porque a contratação de empresas para executar o serviço é um processo demorado, rígido e caro, que nem sempre atende às expectativas.

Por fim, a palavra voltou ao senhor Carlos Viana, que agradeceu a todos pelo interesse no assunto e encerrou sua fala. Em seguida, o presidente da Comissão de Segurança pública, deputado Delegado Eduardo Prado, agradeceu a presença de todos os

presentes. Frisou que os deputados irão abraçar a causa e irão defender o projeto de lei em plenário pressionando pela sua aprovação. Defendeu que o projeto é essencial para a luta contra a violência no estado e parabenizou todos os responsáveis pela iniciativa. Agradeceu em especial o deputado Coronel Adailton pela propositura da lei 3025/19 e ao senhor Carlos Viana, que veio em substituição ao palestrante inicial que adoeceu na véspera. Sem mais, declarou encerrada a Audiência Pública.

3.24 Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública: Situação dos detentos da Unidade Prisional Especial de Planaltina de Goiás.

No dia 25 de setembro de 2019, às 17h, no auditório Solon Amaral da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o presidente da Comissão de Segurança Pública (CSP), em consonância às normas regimentais, convocou a 1ª reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública.

A reunião foi presidida pelo deputado estadual Delegado Eduardo Prado, compareceram à reunião os deputados titulares Delegado Humberto Teófilo, Coronel Adailton, como também os deputados suplentes Wilde Cambão e Álvaro Guimarães e como convidados os deputados Amauri Ribeiro, Alysson Lima, Lêda Borges, Jeferson Rodrigues, Cláudio Meirelles e Bruno Peixoto.

A reunião ocorreu a pedido de familiares e advogados de detentos da Unidade Prisional Especial de Planaltina de Goiás, solicitando a visita do Poder Legislativo na unidade para verificar a situação de higiene, alimentação e saúde dos detentos.

A reunião iniciou-se com a fala do deputado Álvaro Guimarães, que se colocou à disposição para melhorar as condições dos presos de Planaltina e explicou que no dia seguinte faria uma reunião com o Secretário de Segurança Pública para esclarecimentos dos fatos.

O deputado Wilde Cambão comprometeu-se a participar dessa reunião com o Secretário de Segurança Pública. Logo em seguida, o presidente da CSP passou a palavra para Adriana de Cássia Batista Ferreira Félix, que reclamou que os reeducandos estão sem alimentos e especialmente sem água na Unidade de Planaltina, pediu que eles sejam tratados com mais dignidade e respeito. Além disso, relatou a dificuldade de acesso ao

presídio pelos familiares que não possuem recursos financeiros para deslocar-se ao local, que fica a 300km de distância da capital. Adriana reclamou também das restrições às visitas, que são realizadas pelo parlatório, em que os presos ficam separados por um vidro, conversando com o uso de um interfone.

A professora Elizete Gonçalves, mãe de um dos reeducandos, questionou a responsabilidade do Estado em atender às necessidades básicas de alimentação e água. Relatou que um dos presos estava com meningite e veio a óbito dentro do presídio de segurança máxima. Elizete solicitou a instauração de uma comissão de deputados para a realização de uma visita ao presídio, a fim de verificar a situação em que se encontra.

O presidente da Comissão questionou aos familiares se já houve alguma reclamação diante de outros órgãos e se existiam outras solicitações a serem apontadas. Elizete respondeu que já procuraram os Direitos Humanos do Ministério Público, especificamente a Dra. Lurdinha e a Dra. Ana Cláudia. Acrescentou que está faltando kit de higiene pessoal e que os familiares não podem fornecer nada para os detentos transferidos. Além disso, reclamou da falta de informações e desorganização do sistema penitenciário. Denunciou torturas psicológicas e físicas contra os presos por parte dos agentes.

Nesse momento, o presidente abriu espaço para discussão dos membros, suplentes da CSP e convidados da reunião. O deputado Amauri Ribeiro informou que conhece o Coronel que atende a região e essas declarações dos familiares são inverdades. Afirmou que o sistema prisional serve quatro refeições, porém o deputado reconheceu a existência do problema de abastecimento de água, que atinge todo o município. Também informou que todos os detentos transferidos para Planaltina são líderes de facções criminosas.

O presidente da CSP esclareceu que todos os fatos serão devidamente esclarecidos e encaminhados às autoridades competentes para providências. O deputado Alysson Lima revelou que a falta de estrutura nos presídios é um problema que atinge todo o país e quem paga a conta é toda a sociedade. “Se está ocorrendo falta de água, o governo que criou esse presídio é obrigado a fornecer estrutura adequada para essas famílias e esses detentos”, disse o legislador.

A deputada Lêda Borges revelou que gostaria de compor a comissão que irá averiguar a situação do presídio. Esclareceu que a Unidade Prisional de Planaltina foi recém-inaugurada nos moldes corretos e uma estrutura moderna, de acordo com o Sinase, com a Segurança Pública Nacional, alinhados com o governo federal e com o Ministério da Justiça. Porém, uma estrutura que talvez não esteja adequada para receber detentos para a ressocialização, acrescentou a deputada.

O deputado Delegado Humberto Teófilo destacou que realmente está ocorrendo um problema de abastecimento de água no município de Planaltina. Acrescentou que, em tese, o governo retirou pessoas envolvidas em organizações criminosas de unidades prisionais superlotadas para presídios de segurança máxima, com um sistema rígido, parlatórios e restrições no uso de celulares. O Delegado Humberto Teófilo relatou que já visitou o presídio, juntamente com o Delegado Eduardo Prado, e que o mesmo se encontrava em condições adequadas para atender os detentos, com todos os padrões exigidos.

O presidente da CSP enfatizou que as transferências dos reeducandos foram comunicadas ao Poder Judiciário e que houve um relatório de inteligência para a seleção dos presos que iriam para a unidade de segurança máxima. Informou também que recebeu do Comando do Sistema Prisional a informação de que estão funcionando adequadamente.

O deputado pastor Jeferson Rodrigues pediu para compor também a comissão que irá visitar a unidade prisional. Relatou que o problema de abastecimento de água atinge não só Planaltina, mas todo o estado de Goiás. Porém, “deve-se preocupar com a dignidade humana e com a vida, independente de quem seja”, acrescentou o pastor.

O deputado Cláudio Meirelles disse que entende a solicitação das mulheres, na condição de cidadãs e principalmente de mães, que vieram trazer ao Poder Legislativo estadual as suas aflições e pedir que os deputados visitem e averiguem a situação do presídio.

O deputado Bruno Peixoto sugeriu enviar um requerimento ao Secretário de Segurança Pública do estado solicitando todas as informações hora postas pelos familiares. E logo que obtiverem uma resposta encaminhará aos presentes, o mais rápido possível.

No ensejo, o presidente da CSP colocou em votação o requerimento acima, o qual foi aprovado pela maioria. O deputado Coronel Adailton reconheceu a responsabilidade dos membros da CSP para tratar do assunto em discussão e disse que almeja buscar a solução para que não deixe faltar o básico na referida Unidade Prisional.

O presidente da CSP garantiu que o problema de abastecimento de água será solucionado e o requerimento será encaminhado pelo líder do governo na Casa, deputado Bruno Peixoto, em nome da Comissão. Logo em seguida, a reunião foi encerrada.

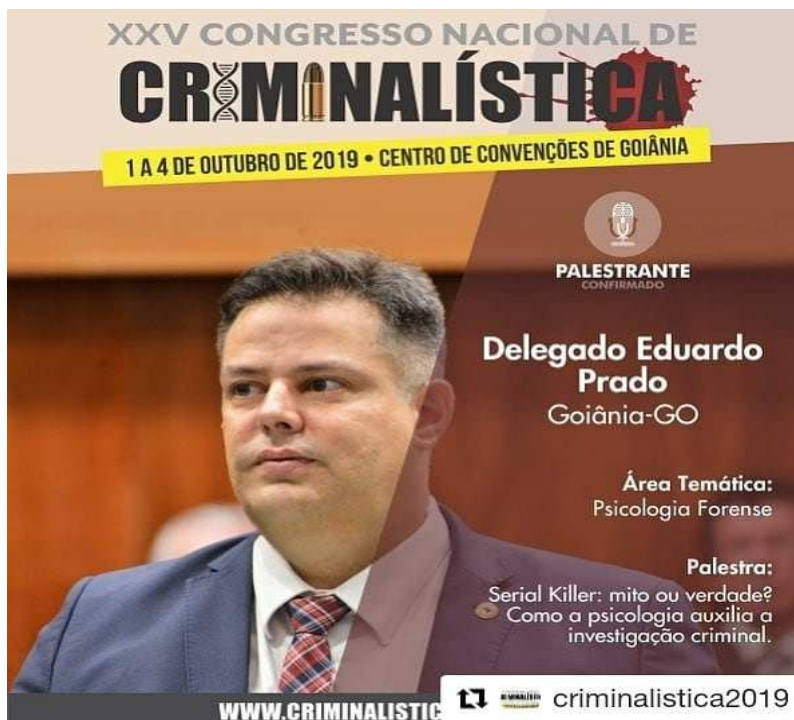
3.25 Palestra: Serial Killer - Mito ou verdade? Como a psicologia auxilia a investigação criminal

O deputado estadual Delegado Eduardo Prado, presidente da Comissão de Segurança Pública, participou de uma mesa redonda no dia 3 de outubro de 2019 no XXV Congresso Nacional de Criminalística, que aconteceu no Centro de Convenções de Goiânia.

No local ocorreram simultaneamente o VIII Congresso Internacional de Perícia Criminal e a XXV Exposição de Tecnologias Aplicadas à Criminalística.

Além do presidente da CSP, compuseram à mesa a professora doutorada em Psicologia Investigativa de Campina Grande/PB, Aline Lobato Costa e o professor Mestre em Ciências Criminológicas-Forenses, Leonardo Ferreira Faria.

A palestra "Serial Killer: mito ou verdade?" foi direcionada a estudantes, profissionais e interessados no tema. O presidente da CSP destacou seu trabalho enquanto delegado de polícia, no qual sua equipe se destacou nas investigações voltadas para apreensão de drogas em todo o Brasil.



Em 2014, o deputado Delegado Eduardo Prado participou também da Força Tarefa, que investigou as mortes de mulheres na cidade de Goiânia, fato que trouxe pânico para toda a cidade. Sua equipe indicou a existência de um Serial Killer em Goiânia; contribuindo com a identificação e a prisão de Thiago Henrique Gomes da Rocha, responsável pelo homicídio de mais 39 pessoas.

Além dos trabalhos como delegado de polícia, o presidente da CSP destacou a importância do evento para a segurança pública do estado.

3.26 Visita à subdelegacia de Polícia Civil de Campestre de Goiás

No dia 4 de outubro de 2019 o deputado estadual Delegado Eduardo Prado; exercendo suas atribuições como presidente da CSP da Alego, visitou a subdelegacia do Município de Campestre de Goiás. Data também da inauguração das atividades dessa unidade, bem como a comemoração do aniversário de 56 anos da cidade.

Estiveram presentes na inauguração o prefeito Fabiano Capuzzo, o titular da 16ª Delegacia Regional de Polícia de Trindade, André Fernandes, e vereadores do município.

Durante o discurso, Eduardo Prado enfatizou que, como presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e delegado, a

segurança pública é prioridade no seu mandato e está atento a todas as demandas dos municípios. Também fez o compromisso de destinar emendas ao município de Campestre.

3.27 Reunião com o Grupo Especial de Combate à Corrupção da Polícia Civil– GECCOR

Dia 7 de novembro de 2019 o deputado estadual Delegado Eduardo Prado, presidente da CSP, participou da inauguração da sede do Grupo Especial de Combate à Corrupção (GECCOR) da Polícia Civil, localizada em frente à Secretaria de Segurança Pública. Na ocasião o presidente discutiu com o grupo e os demais presentes a implantação de medidas importantes ao combate à corrupção no estado, entre elas o Disque Combate à Corrupção, número 181.

Além do deputado estadual Delegado Eduardo Prado, compareceram o governador Ronaldo Caiado, o secretário de Segurança Pública Rodney Miranda, e o delegado-geral da Polícia Civil Odair José, o atual titular da GECCOR Dr. Rômulo Figueiredo de Matos, o vice-presidente da UGOPOCI (União Goiana dos Policiais Cíveis) Ricardo Vilaverde entre outras autoridades.

O Grupo Especial de Combate à Corrupção está atuando desde maio de 2019, na repressão às infrações penais que causem prejuízo ao erário e à moralidade administrativa, bem como enriquecimento ilícito. O GECCOR conta com apoio técnico da Superintendência de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da SSP.

O delegado Rômulo frisou: “há um clamor social pelo combate à corrupção. E a atual gestão ao nos dá essa autonomia, demonstra o compromisso com a verdade e com a justiça. Essa porta que se abre é a comprovação de que o Governo de Goiás está comprometido com a sociedade goiana”.



A primeira grande operação do Geccor teve os detalhes apresentados na reunião. Trata-se da apuração de uma série de crimes praticados no Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO) entre 2014 e 2015. Os prejuízos aos cofres públicos ultrapassam a marca de R\$ 100 milhões. Sete pessoas foram presas na operação, intitulada *Cegueira Deliberada*.

O delegado-geral da Polícia Civil, Odair José Soares traçou um paralelo entre o passado e o presente para comprovar o quanto a atual gestão está dando liberdade ao trabalho investigativo das forças policiais. Lembrou que, ainda em 2015, ele tentou trabalhar nesse mesmo inquérito envolvendo o Detran-GO. “Quando se tentou levar para frente, tive até que sair do Estado”, revelou. “Agora há um ambiente em que o governo prioriza transparência, que não tem temor, que encara de frente a criminalidade”, disse ao chamar atenção aos números da operação.

O governador Ronaldo Caiado reforçou que toda essa liberdade profissional concedida às forças policiais nos primeiros meses de governo é uma marca de sua gestão – e que vai continuar assim até o seu último dia à frente do Executivo. E avaliou que tal conduta, tão necessária para as diligências policiais, foi decisiva para a redução dos índices de criminalidade. “O ponto alto do governo Ronaldo Caiado tem sido exatamente a Segurança Pública. É o que mais avançou nos primeiros meses de governo”, constatou.



Já o secretário de Segurança Pública, Rodney Miranda, destacou que o trabalho integrado a outras esferas do poder público é essencial para obter bons resultados. No caso do Geccor, há uma atuação em parceria com a Controladoria-Geral do Estado (CGE), Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e apoio técnico da Superintendência de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado. “Essa é a primeira de uma série de operações que vão se desenhar no Geccor”, salientou.

Com o Disque 181 qualquer pessoa, com apenas uma ligação telefônica, pode oferecer denúncia anônima sobre casos de corrupção. “Esse canal, de absoluto sigilo, é uma garantia para quem puder nos ajudar”, informou Rodney.

Caiado fez um apelo para que o povo goiano ajude a combater esse crime, que criou raízes em Goiás ao longo dos últimos anos.

Para dar mais eficiência ao trabalho do Geccor, o delegado Rômulo explicou que as denúncias recebidas passarão por uma espécie de filtro, de acordo com a relevância. “Temos outras delegacias que também apuram crimes contra a administração pública. E aqueles casos que apresentarem o maior relevância serão investigados pelo Geccor”, disse. O Grupo Especial de Combate à Corrupção conta com cinco delegados e suas respectivas equipes.

3.28 2º Seminário Goiano de Políticas sobre as Drogas

No dia 8 de novembro de 2019, o presidente da Comissão de Segurança Pública, o deputado estadual Delegado Eduardo Prado, participou do 2º Seminário Goiano de Políticas sobre as Drogas, na Escola de Saúde de Goiás. O evento ocorreu para discutir a Nova Política Nacional sobre Drogas e seus Reflexos na Política Estadual, com o objetivo de debater soluções e propor ações efetivas no alinhamento e na implementação da nova política em âmbito estadual.

No evento, o deputado ministrou uma palestra destacando que a atual legislação federal que instituiu o Sistema de Políticas Públicas sobre Drogas, Lei 11.343 de 2006, é bastante completa, porém ainda inexiste legislação estadual efetiva.

Acrescentou ainda que a participação da educação nesse processo é de suma importância, incluindo a capacitação dos professores para serem instrumentos de prevenção do uso indevido de drogas. Além de ações que estimulem o esporte, a integração social e a segurança pública para conter o avanço no uso das drogas no estado e em todo o país.

Assim, o seminário discutiu com especialistas e com a sociedade em geral medidas que possam ser sugeridas para preencher lacunas na legislação estadual e serem apresentadas como projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Além de promover uma ação conjunta de todos os entes públicos e entidades civis organizadas para o combate ao uso de drogas e do tráfico ilícito.

3.29 Sessão Especial em homenagem ao Dia do Delegado de Polícia Civil

O presidente da CSP, o deputado estadual Delegado Eduardo Prado, participou da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Delegado de Polícia Civil, comemorado no dia 3 de dezembro, juntamente com os deputados Humberto Teófilo e a deputada Delegada Adriana Accorsi, ambos membros titulares desta Comissão.

A sessão foi realizada às 9h do dia 3 de dezembro de 2019, no plenário Getulino Artiaga da Assembleia Legislativa de Goiás. Na ocasião, os parlamentares entregaram a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira.

O dia 3 de dezembro foi escolhido para comemorar o Dia do Delegado de Polícia porque o imperador Dom Pedro II, por meio da Lei nº 261, de 1.841, instituiu a “figura” do chefe de polícia para o município da Corte e para cada uma das províncias do Império, criando os cargos de delegado e subdelegado.

De acordo com o deputado Delegado Humberto Teófilo, proponente da honraria, a data é oportuna para agradecer a colaboração de todos os policiais civis que trabalham diariamente para construir uma instituição forte e respeitada. “Tal honraria se faz justa em função da luta empreendida pelos homenageados, em defesa da cidadania e da segurança da sociedade em suas atribuições e atuações junto a Polícia Civil do Estado de Goiás”, salientou.

Entre os homenageados estão o Diretor-Geral da Polícia Civil de Goiás, Odair José Soares e o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil de Goiás (Sindepol), Adriano Sousa Costa.

3.30 Sessão Especial Extraordinária em homenagem ao Dia do Perito Criminal

Na manhã do dia 4 de dezembro de 2019, o presidente da CSP deputado Delegado Eduardo Prado promoveu uma Sessão Especial Extraordinária em homenagem ao Dia do Perito Criminal, no Plenário Getulino Artiga. A fim de ressaltar a importância da profissão, o presidente da Comissão homenageou 42 profissionais da área na solenidade.

Além do deputado Eduardo Prado, compuseram a mesa o deputado Wilde Cambão; o superintendente de Polícia Técnico-Científica, Marcos Egberto Brasil de Melo, também representante do Secretário de Segurança Pública do Estado; o diretor da Escola Superior da Polícia Civil, Eraldo Augusto, representante da Delegacia Geral da Polícia Civil; o presidente do Sindicato dos Peritos Criminais e Médicos Legistas do Estado de Goiás, Carlos Kleber da Silva Garcia; o presidente da Associação dos Peritos Criminalísticos de Goiás, Ian Marques Cândido; o presidente da União Goiana dos Policiais Civis, José Virgílio

Na abertura da sessão, o presidente da CSP afirmou que é uma honra poder homenagear os peritos criminais e ressaltou que os profissionais são responsáveis pela efetiva Justiça.

“Todos vocês são motivo de orgulho para a Segurança Pública do Estado de Goiás pelo trabalho executado com técnica, seriedade e responsabilidade. Além de contribuírem para a promoção da justiça, os peritos auxiliam na redução da impunidade. Como delegado de Polícia há 16 anos, sei da importância do trabalho de cada um de vocês. Vale ressaltar que não é só inteligência e técnica, é serviço executado com comprometimento pelo bem estar da coletividade. É uma profissão em pleno crescimento, com futuro promissor e fundamental para o trabalho da justiça”, disse o deputado Eduardo Prado.

3.31 Solenidade em comemoração ao 1º Ano do Programa Mulher Mais Segura

O deputado Delegado Eduardo Prado, presidente da Comissão de Segurança Pública, participou da solenidade em comemoração ao 1º Ano do Programa Mulher Mais Segura, coordenado por Flávia Modesto da Guarda Civil Municipal de Goiânia. O evento foi realizado no Bairro Jardim Guanabara II na capital do estado, no dia 9 de dezembro de 2019.

O Programa Mulher Mais Segura visa atender mulheres vítimas de violência doméstica e garantir as medidas protetivas definidas em lei. O presidente da CSP parabenizou e enfatizou o trabalho realizado pela Guarda Civil e colocou a Comissão de Segurança Pública inteiramente à disposição para colaborar com o Programa.

4 PROJETOS DE LEI QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1- PROCESSO LEGISLATIVO – 2018001482

Autor: Deputada Delegada Adriana Accorsi

Assunto: Institui a política de atendimento à mulher vítima de violência do estado.

2- PROCESSO LEGISLATIVO – 2017003251

Autor: Deputada Delegada Adriana Accorsi

Assunto: Institui a elaboração de dados estatísticos sobre a violência contra a criança e ao adolescente, na forma que especifica.

3- PROCESSO LEGISLATIVO – 2018000955

Autor: Deputado Bruno Peixoto

Assunto: Prevê a disponibilização na internet da lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher.

4- PROCESSO LEGISLATIVO – 2018002038

Autor: Deputado Talles Barreto

Assunto: Dispõe sobre a responsabilização dos sites e aplicativos que divulguem notícias falsas (fake news) no âmbito do Estado de Goiás.

5- PROCESSO LEGISLATIVO – 2018004694

Autor: Deputado Virmondes Cruvinel

Assunto: Estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da educação ocorridos no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências.

6- PROCESSO LEGISLATIVO – 2018005060

Autor: Deputado Gustavo Sebba

Assunto: Dispõe sobre a afetação do imóvel estadual que especifica. (Situado entre a Alameda Leopoldo de Bulhões e as Ruas 1007 e Major Atanalgildo França – Rua 1015 – no Setor Pedro Ludovico, no município de Goiânia-GO).

7- PROCESSO LEGISLATIVO – 2019000752

Autor: Deputado Vinicius Cirqueira

Assunto: Institui normas para as Guardas Municipais e Regulamenta o inciso III do Art. 65 da Constituição do Estado de Goiás.

8- PROCESSO LEGISLATIVO – 2019000861

Autor: Deputado Gustavo Sebba

Assunto: Dispõe sobre o registro e a divulgação bimestral dos índices de violência contra a mulher no Estado de Goiás.

9- PROCESSO LEGISLATIVO – 2019001001

Autor: Deputado Coronel Adailton

Assunto: Altera a Lei nº 17.311, de 13 de maio de 2011, que dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia Nacional de Violência contra a Mulher.

10-PROCESSO LEGISLATIVO – 2019001281

Autor: Deputado Delegado Eduardo Prado

Assunto: Cria a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal – DEPA e dá outras providências.

11-PROCESSO LEGISLATIVO – 2019000866

Autor: Deputada Delegada Adriana Accorsi

Assunto: Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em virtude de orientação sexual, identidade de gênero e dá outras providências.

12-PROCESSO LEGISLATIVO – 2019001067

Autor: Deputado Delegado Eduardo Prado

Assunto: Autoriza o Poder Executivo a criar aplicativo para uso em dispositivo móvel “botão do pânico”, para facilitar denúncias de casos de violência contra a mulher.

13-PROCESSO LEGISLATIVO – 2019001472

Autor: Deputado Delegado Humberto Teófilo

Assunto: Dispõe sobre a restrição ao uso de áreas no entorno das unidades prisionais do Estado de Goiás, com a criação da Área de Proteção ao Entorno das Penitenciárias Estaduais de Goiás – APEPE- GO e a retirada de tomadas de energia elétricas das celas dos estabelecimentos prisionais do Estado.

14-PROCESSO LEGISLATIVO – 2019001524

Autor: Deputado Bruno Peixoto

Assunto: Dispõe sobre uso da imagem no sistema de monitoramento através de câmeras de vídeo em carros particulares no âmbito do Estado de Goiás.

15-PROCESSO LEGISLATIVO – 2019002490

Autor: Deputada Delegada Adriana Accorsi

Assunto: Obriga bares, restaurantes e casas noturnas a adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco.

16-PROCESSO LEGISLATIVO – 2019001205

Autor: Deputado Delegado Humberto Teófilo

Assunto: Reserva a cota mínima de 20% (vinte por cento) para as mulheres das vagas oferecidas nos concursos públicos para Polícia Militar do Estado de Goiás e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

17-PROCESSO LEGISLATIVO – 2019003053

Autor: Deputado Coronel Adailton

Assunto: Altera a Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006, que institui o Plano de Carreira de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás e dá outras providências.

5 DENÚNCIAS

1- Denúncia 01/2019

Tipo: Violência Policial

Denunciante: OAB/GO, juntamente com Adriana Silva do Rosário.

